

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LETÍCIA SGARBOSSA

O LUGAR DE MULHERES EM NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS: UMA
ANÁLISE NA COLONIZAÇÃO DE SEARA - SC

CHAPECÓ

2026

LETÍCIA SGARBOSSA

**O LUGAR DE MULHERES EM NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS: UMA
ANÁLISE NA COLONIZAÇÃO DE SEARA – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Dra. Renilda Vicenzi

CHAPECÓ

2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Sgarbossa, Letícia

O LUGAR DE MULHERES EM NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS:
UMA ANÁLISE NA COLONIZAÇÃO DE SEARA / SC / Letícia
Sgarbossa. -- 2026.
67 f.:il.

Orientadora: Dr^a Renilda Vicenzi

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2026.

1. História das Mulheres. 2. Colonização. 3. Gênero.
4. História Regional. 5. Subalternidade. I. Vicenzi,
Renilda, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

LETÍCIA SGARBOSSA

**O LUGAR DE MULHERES EM NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS: UMA
ANÁLISE NA COLONIZAÇÃO DE SEARA – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 24/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RENILDA VICENZI**
Data: 25/06/2026 09:48:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Renilda Vicenzi – UFFS
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **NEIDE CARDOSO DE MOURA**
Data: 25/06/2026 13:11:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Neide Cardoso de Moura – UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO ANTONIO PICOLI**
Data: 25/06/2026 10:55:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bruno Antonio Picoli – UFFS
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Cláudia e Ladí, por todo amor, apoio e incentivo ao longo da minha vida e da minha trajetória acadêmica. Obrigada por estarem ao meu lado, por acreditarem em mim e por sustentarem, de tantas formas, os caminhos que me trouxeram até aqui. Esta conquista também carrega muito de vocês, dos valores que me ensinaram, da força que me deram e da confiança que depositaram em mim mesmo nos momentos em que eu duvidei.

Agradeço também a mim mesma, pelo esforço, pela persistência e pela coragem de continuar mesmo diante do cansaço, das inseguranças e das dificuldades que atravessaram esse percurso. Concluir este trabalho é também reconhecer todas as vezes em que foi preciso respirar fundo, recomeçar, insistir e acreditar que eu seria capaz.

À minha orientadora, professora Renilda Vicenzi, deixo um agradecimento muito especial. Obrigada pela orientação atenta, pela paciência, pela leitura cuidadosa, pelas contribuições generosas e por ter me acompanhado de forma tão importante na construção deste trabalho. Sua presença foi fundamental para que esta pesquisa ganhasse forma, profundidade e sentido. Agradeço por cada conversa, cada apontamento e cada incentivo ao longo desse processo.

Aos meus amigos, minha gratidão mais afetuosa. Vocês tornaram a graduação muito mais leve, possível e suportável. Em meio às leituras, trabalhos, estágios, prazos, angústias e incertezas, foram as risadas, os conselhos, os desabafos e a companhia de vocês que fizeram essa caminhada ser também bonita. Obrigada por dividirem comigo não apenas a universidade, mas a vida que aconteceu durante ela.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória e contribuíram para que eu chegasse até aqui. Este trabalho encerra uma etapa importante, mas carrega comigo todas as presenças, afetos e aprendizados que marcaram esse caminho.

“No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”.

Michelle Perrot

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso propõe uma análise das dinâmicas de gênero e classe nos processos de colonização do Alto Uruguai catarinense, em específico o município de Seara, a partir de obras memorialísticas locais. Parte-se do reconhecimento de que a memória regional foi majoritariamente construída por narrativas memorialísticas e compilações locais oficiais, em grande medida produzidas por autoria de homens sem formação acadêmica, ainda que o apagamento feminino persista também em obras de cunho historiográfico, ou seja, a subalternização das mulheres é estrutural e atravessa diferentes formas de escrita. A pergunta de pesquisa que orienta o estudo é: De que forma as narrativas memorialistas regionais sobre o processo de colonização do Oeste Catarinense (Seara) contribuem ou não para a subalternização de mulheres, e como a intersecção entre gênero e classe pode incidir em sua visibilidade? Desse modo, o trabalho problematiza os papéis atribuídos às mulheres nas narrativas como o cuidado com filhos, a domesticidade e a religiosidade, e visibiliza experiências femininas subalternizadas de professoras, parteiras, trabalhadoras rurais e lideranças comunitárias. Através de uma releitura crítica de cinco obras, abordadas na perspectiva de fonte histórica, e da análise de nomes de ruas, praças, escolas e próprios públicos, em perspectiva interseccional de gênero e classe, evidenciaram-se padrões androcêntricos de liderança pública, bem como a naturalização da divisão sexual do trabalho, especialmente no meio rural. Como resultado, observou-se que as mulheres não estão ausentes dessas narrativas, mas aparecem frequentemente em posições secundárias, enquanto os homens são associados ao pioneirismo e protagonismo. Conclui-se, portanto, que a subalternização feminina ocorre tanto pelo silêncio quanto pelas formas limitadas de visibilidade, exigindo uma reescrita da memória regional capaz de reconhecer as mulheres como sujeitos históricos da colonização e da formação social de Seara e da região como um todo.

Palavras-chave: História das Mulheres; Colonização; Gênero; Classe; Seara - SC

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes gender and class dynamics in the colonization processes of the Alto Uruguai region in Santa Catarina, specifically in the municipality of Seara, based on local memorialistic works. It begins with the understanding that regional memory has been largely constructed through memorialistic narratives and official local compilations, mostly written by men without academic training. However, the erasure of women also persists in historiographical works, which indicates that the subalternization of women is structural and crosses different forms of historical writing. The research question that guides this study is: In what ways do regional memorialistic narratives about the colonization process of Western Santa Catarina, particularly Seara, contribute or not to the subalternization of women, and how can the intersection between gender and class affect their visibility? Thus, this work problematizes the roles attributed to women in these narratives, such as childcare, domesticity and religiosity, while also seeking to make visible the subalternized experiences of teachers, midwives, rural workers and community leaders. Through a critical rereading of five works, approached here as historical sources, and through the analysis of names given to streets, squares, schools and public spaces, from an intersectional perspective of gender and class, the research identified androcentric patterns of public leadership, as well as the naturalization of the sexual division of labor, especially in rural contexts. The results show that women are not absent from these narratives, but they often appear in secondary positions, while men are associated with pioneering action and historical protagonism. Therefore, the study concludes that female subalternization occurs both through silence and through limited forms of visibility, requiring a rewriting of regional memory capable of recognizing women as historical subjects in the colonization process and in the social formation of Seara and the region as a whole.

Keywords: Women's History; Colonization; Gender; Class; Seara - SC.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O Alto Uruguai Catarinense	12
Figura 2 - Maria Eugênia Serafim Rech.....	20
Figura 3 - Noticiário: homenagem póstuma.....	22
Figura 4 - Alunos da 2ª Escola Estadual - 7 de setembro de 1948.....	28
Figura 5 - Sumário do livro Linha Forquilha 90 anos de História e Memória.....	40
Figura 6 - Representação de Maria no livro "De Nova Milano a Seara"	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2	O ESCOPO TEÓRICO E AS FONTES	15
2	COLONIZAÇÃO E GÊNERO EM SEARA: ARQUIVOS DO COTIDIANO E SEUS SILÊNCIOS	20
2.1	“EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES”: DESLOCAMENTO, MAGISTÉRIO E PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS EM SEARA	26
2.2	ENTRE IRMÃS, MARIDO E COMUNIDADE: FAMÍLIA, TRABALHO E REDES DE CUIDADO.....	29
2.3	“PARECIA UM SONHO!”: A PRIMEIRA MULHER VEREADORA E OS LIMITES DA ENUNCIÇÃO.....	33
3	AS MULHERES NAS OBRAS MEMORIALÍSTICAS SEARAENSES: PRESENCAS, AUSÊNCIAS E REPRESENTAÇÃO.....	37
3.1	A MULHER NA COLONIZAÇÃO: PRESENÇA MATERIAL, APAGAMENTO NARRATIVO.....	38
3.2	A MULHER NA POLÍTICA: EXCEÇÃO, SILÊNCIO E SUB-REPRESENTAÇÃO.....	43
3.3	A MULHER NO COTIDIANO, NA IGREJA E NOS CUIDADOS: VISIBILIDADE MORAL E ENQUADRAMENTO FEMININO	48
3.4	A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO: ENTRE A AJUDA, A SOBREVIVÊNCIA E A PRODUÇÃO DO COMUM	52
3.5	MEMÓRIA PÚBLICA, TOPONÍMIA E RELAÇÕES DE PODER: QUEM A CIDADE ESCOLHE LEMBRAR.....	55
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

A colonização do Oeste de Santa Catarina, especialmente da região do Alto Uruguai, é marcada por narrativas que privilegiam a figura do homem branco, cristão e proprietário de terras, denominado de colono, porque adquiria a propriedade da terra em lotes (hectares) em áreas consideradas vazias e chamadas colônias. Essas narrativas, que são majoritariamente produzidas por memorialistas e historiadores locais, reforçam um imaginário patriarcal que silencia e marginaliza a participação das mulheres nos processos de construção econômica, social e cultural da região. Dessa forma, a memória oficial, cristalizada em livros comemorativos, em nomes de ruas, praças e espaços públicos, evidencia a invisibilidade e ausência feminina nos lugares de prestígio e decisão, revelando que o apagamento das mulheres não é apenas um fenômeno discursivo, mas também um processo estrutural de longa duração.

A motivação deste estudo nasce de uma trajetória acadêmica e pessoal profundamente ligada às temáticas de gênero. Desde os primeiros contatos com a historiografia regional, a ausência de vozes femininas nas narrativas que descrevem os espaços que frequentei e estudei despertaram um incômodo persistente. Percebe-se que a invisibilidade das mulheres não se limita aos textos escritos: ela se inscreve nas práticas cotidianas, nas representações coletivas e nas homenagens oficiais, reforçando um sistema simbólico que legitima o patriarcado.

Meu interesse, portanto, está em construir uma história “vista de baixo”, na perspectiva da história social, tomando como problema central a forma como as mulheres aparecem, são silenciadas ou subalternizadas nas narrativas memorialísticas¹ sobre a colonização de Seara/SC. Nessa direção, o percurso metodológico parte, em primeiro lugar, da definição da questão de pesquisa, isto é, da indagação sobre quem é reconhecido como sujeito da história regional e por quais mecanismos certas experiências são apagadas. Em seguida, realizou-se o levantamento e a seleção das fontes, constituídas sobretudo por obras memorialísticas locais, autobiografias, documentos públicos, registros de imprensa e elementos da memória urbana, como nomes de ruas, escolas e homenagens. A etapa seguinte constituiu na análise crítica desse material, observando quem produziu cada narrativa, de que lugar social fala, quais interesses mobiliza e

¹ Por obras memorialísticas compreendem-se, neste trabalho, produções escritas que buscam registrar, preservar e organizar memórias sobre determinados sujeitos, famílias, comunidades ou localidades, geralmente a partir de relatos pessoais, lembranças familiares, documentos dispersos, fotografias, genealogias e tradições orais. Diferentemente de uma pesquisa historiográfica acadêmica, essas obras nem sempre seguem procedimentos metodológicos sistemáticos ou problematizam criticamente suas fontes; ainda assim, constituem documentos importantes para a análise histórica, pois revelam modos de lembrar, silenciar, selecionar e hierarquizar sujeitos no interior de uma comunidade. Assim, são lidas aqui não como relatos neutros do passado, mas como construções de memória atravessadas por valores, pertencimentos, afetos, disputas e relações de poder.

como gênero e classe atravessam o que é dito, o que é omitido e o que é valorizado. Por fim, a pesquisa interpreta essas fontes em perspectiva relacional, articulando passado e presente, a fim de construir uma síntese histórica que reconheça a agência de mulheres frequentemente relegadas a posições secundárias. Nesse sentido, a noção de subalternidade, mobilizada a partir de Spivak (2010, p. 13), torna-se central, uma vez que a autora define a subalterna² como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal”. Trata-se, portanto, de sujeitos que não apenas sofrem exploração econômica e política, institucional e jurídica, mas que também enfrentam restrições concretas à fala, ao reconhecimento e à inscrição de suas experiências nos espaços legítimos da memória e da história.

Esse desafio torna-se ainda mais urgente quando observamos o contexto dos lugares do interior do Brasil, como é o caso da região do Oeste de Santa Catarina. Esta região é formada por pequenos e médios municípios, marcados por forte tradição patriarcal e pela tradição cultural de comunidades cristã-colonas de ascendência europeia. Nesse contexto, os estigmas familiares se tornam especialmente relevantes e evidentes: as mulheres são quase sempre apresentadas em função do marido, do pai ou da família à qual pertencem. Outrossim, o reconhecimento público de sua atuação tende a ser mediado pela figura masculina, reforçando a ideia de que sua identidade e valor social derivam da relação conjugal ou familiar, e não de sua própria ação individual ou coletiva.

Assim, este trabalho nasce da vontade de questionar essas estruturas narrativas e simbólicas, buscando ressignificar as memórias regionais a partir de uma perspectiva que não apenas revele a presença feminina, mas que reconheça suas múltiplas formas de protagonismo, resistência e construção histórica. Nesse contexto, a presente pesquisa busca compreender e problematizar como as narrativas sobre a colonização do Oeste catarinense, especialmente aquelas marcadas pelos fluxos migratórios, pela ocupação territorial e pela consolidação econômica e social de comunidades brancas e cristãs, representaram a presença das mulheres e, ao mesmo tempo, acionaram mecanismos de invisibilização de suas experiências. Desse modo, mais do que estabelecer um recorte temporal rígido, o trabalho se organiza a partir de um recorte documental e temático, tomando como objeto obras memorialísticas e registros de

² No presente trabalho, opta-se pelo uso do termo subalterna, no feminino, em diálogo com a autora portuguesa Grada Kilomba. Esta que problematiza a tradução de *subaltern*, conceito central em Gayatri Chakravorty Spivak, como “subalterno”, no masculino, apontando que essa escolha reforça a masculinização da linguagem acadêmica. Assim, o uso de subalterna assume uma posição teórica e política diante do apagamento das mulheres como sujeitos de fala e de produção de conhecimento.

A região na qual está inserido o município de Seara é a AMAUC, Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense, que atualmente corresponde ao agrupamento de quatorze (14) municípios do Oeste de Santa Catarina, articulados em torno do vale do rio Uruguai e de sua rede de afluentes, tendo Concórdia como polo regional. Integram a microrregião: Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina. Trata-se de um recorte territorial com forte base agroindustrial, especialmente ligada à produção de leite, suínos e aves, além de serviços associados e vetores turísticos, como termas e paisagens lacustres formadas por barragens hidrelétricas no rio Uruguai. Em termos institucionais, a AMAUC atua desde 1976 como instância de cooperação intermunicipal, consolidando-se como espaço de planejamento e prestação consorciada de serviços, como saúde, engenharia e compras públicas, além de monitorar dados econômicos regionais. Esse enquadramento territorial é central para este estudo, pois coincide com os circuitos de memória e circulação documental que sustentam as obras analisadas e situa Seara no conjunto de relações econômicas, políticas e culturais do Alto Uruguai Catarinense.

Contudo, é importante destacar que essa delimitação do Alto Uruguai Catarinense, hoje organizada institucionalmente pela AMAUC, não corresponde exatamente às formas pelas quais esse território foi nomeado, administrado e disputado no período de colonização. Antes da consolidação dos atuais municípios e associações regionais, a área era compreendida a partir de outras referências territoriais, vinculadas às antigas divisões administrativas, aos distritos, às glebas de colonização e à atuação de companhias colonizadoras. No caso da região de Seara e Nova Teutônia, por exemplo, a presença da Colonizadora Luce e Rosa foi central para a organização de parte dos lotes destinados aos imigrantes, sobretudo alemães, que chegaram à região após a Primeira Guerra Mundial. A própria formação de Nova Teutônia evidencia que o território não era pensado originalmente nos moldes da atual microrregião da AMAUC, mas como uma frente de colonização situada em meio a distritos, picadas, estradas precárias e áreas loteadas por empresas privadas. Nesse sentido, falar em Alto Uruguai Catarinense exige considerar que se trata de uma construção histórica e institucional posterior, que reorganiza, sob uma mesma denominação regional, espaços que antes eram vividos e administrados de forma fragmentada, vinculados a companhias colonizadoras, comunidades rurais, distritos e municípios-mãe, como Concórdia, Joaçaba e Itá. Assim, a região analisada neste trabalho não deve ser entendida apenas como uma unidade administrativa atual, mas também como um território historicamente produzido por processos de colonização, migração, disputas de terra, formação de comunidades e reorganizações político-administrativas sucessivas.

Outrossim, a escolha pelas margens catarinenses do Rio Uruguai, com análise do município de Seara, se justifica pelo meu pertencimento, pela relevância histórica da região e pela disponibilidade de obras que se prestam à análise crítica. Essas fontes permitem identificar padrões recorrentes de apagamento e, ao mesmo tempo, localizar brechas onde experiências femininas emergem, ainda que de forma fragmentada.

Além disso, por ter nascido e crescido na cidade de Seara, aprendi a história da cidade de forma profundamente eurocêntrica, sempre muito centrada na chegada dos imigrantes, sobretudo alemães em Nova Teutônia e italianos na cidade, como se a história começasse com eles. Durante anos, reproduzi sem questionar essas narrativas, que exaltavam o “pioneiro”, o “desbravador”, o “espírito de trabalho” das famílias colonas, mas pouco ou nada diziam sobre quem ficou de fora desses enquadramentos. Atualmente é perceptível que tal ensino restringia horizontes de pensamento, onde não se estranhava a ausência de mulheres nas fotografias, nos museus, nos monumentos e nos espaços públicos, ou sequer eram feitos questionamentos acerca do porquê seus nomes quase nunca aparecerem nas placas, nos livros e nas homenagens oficiais. E é justamente desse incômodo tardio que nasce a necessidade deste trabalho: revisitar as narrativas que me formaram para desestabilizar o lugar naturalizado dos homens como únicos sujeitos da história de Seara e da região.

Desse modo, este trabalho se propõe a confrontar as representações limitadas atribuídas às mulheres em cinco obras, que são frequentemente confinadas ao espaço doméstico ou apresentadas como uma espécie de “ajudantes” do pioneiro homem. Ademais, pretende-se buscar visibilizar histórias que revelem a agência de camponesas, operárias, professoras e lideranças comunitárias, buscando assim não apenas evidenciar nomes e trajetórias, mas sim tensionar o próprio processo de escrita da história, questionando quem narra, de que lugar e com quais interesses. Neste sentido a pergunta de pesquisa é: **De que forma as narrativas memorialistas regionais sobre o processo de colonização do Oeste Catarinense (Seara) contribuem ou não para a subalternização de mulheres, e como a intersecção entre gênero e classe pode incidir em sua visibilidade?**

Para o desenvolvimento de possíveis respostas a pergunta o objetivo geral é: **Analisar de que modo as narrativas memorialísticas sobre Seara (SC) produzem, reforçam ou tensionam mecanismos de apagamento e subalternização das mulheres, considerando as intersecções entre gênero e classe.** Como objetivos específicos propõe-se: a) Mapear e examinar obras locais, de caráter memorialista, que abordam o processo de colonização de Seara (SC). b) Identificar os papéis sociais e simbólicos atribuídos às mulheres nas narrativas analisadas, observando como essas representações reforçam estereótipos de gênero e

naturalizam a subalternidade feminina. c) Visibilizar as presenças femininas já existentes nas obras, como mães, parteiras, trabalhadoras rurais, lideranças comunitárias, políticas e professoras, que, mesmo de forma marginal, indicam a atuação das mulheres na construção da vida social e cultural da região. d) Analisar as narrativas oficiais e atribuição de papéis às mulheres. e) Propor uma reinterpretação crítica da história regional, elaborando uma escrita que valorize a agência de mulheres subalternizadas, com base na articulação entre gênero, classe e outras categorias.

1.2 O ESCOPO TEÓRICO E AS FONTES

A fundamentação teórica baseia-se em um referencial que articula as categorias de gênero, classe e subalternidade, com o objetivo de analisar a invisibilização das mulheres nas narrativas históricas. A proposta metodológica é desenvolver uma leitura crítica dessas fontes, para compreender os mecanismos estruturais que produziram o apagamento feminino e, ao mesmo tempo, indicar caminhos possíveis para recuperar experiências de mulheres historicamente silenciadas.

O ponto de partida teórico é a obra de Joan Scott (1995, p. 86), autora fundamental dentro dos estudos de gênero e que define este como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e também “uma forma primária de dar significado às relações de poder”, permitindo pensar o modo como as relações entre os sexos são social, histórica e culturalmente construídas. Nesse sentido, sua contribuição é central para desnaturalizar os papéis atribuídos às figuras femininas nas obras memorialistas que compõem o *corpus* deste estudo. Complementando essa abordagem, surgem outras autoras, como Heleite Saffioti (2015) que articula gênero, classe e ideologia, evidenciando como as opressões se entrelaçam de maneira estrutural, sobretudo no caso das mulheres pobres, camponesas e operárias. A esse conjunto soma-se a perspectiva da subalternidade, mobilizada a partir de Gayatri Spivak (2010), que problematiza os limites da representação e questiona se a subalterna pode, de fato, falar. Ao destacar que a fala da subalterna é constantemente mediada e que a mulher subalterna se encontra em “posição ainda mais periférica” (Piva, 2010, p. 17), a autora oferece uma chave para analisar as ausências e silenciamentos das mulheres nos discursos históricos regionais, indicando que a exclusão de suas vozes não é casual, mas parte de um projeto de dominação que opera tanto no campo material quanto simbólico.

A prospecção de fontes que são analisadas no decorrer do presente trabalho concentra-se em Seara, cidade pertencente à região do Alto Uruguai Catarinenses, sobre essa escolha

destaca-se a relevância histórica da área nos fluxos migratórios e nos processos colonizatórios do Oeste catarinense, intensificados a partir da década de 1920. Essas mudanças alteraram a dinâmica das comunidades locais, seus vínculos com a terra e a própria memória coletiva, abrindo espaço para investigar disputas simbólicas e representações de gênero.

Nesse sentido, perspectivas que leem essas obras com lentes de gênero tornam-se exponencialmente mais importantes, pois a narrativa patriarcal e o machismo operam como mecanismos estruturais que atravessam os imaginários na mesma medida em que os constroem. Trabalhamos com cinco obras distintas, que foram escritas por membros da própria comunidade, situados em posições sociais diferentes, sendo as primeiras três escritas por memorialistas, a quarta por um historiador e a última uma autobiografia.

A primeira obra é de Biagio Aurélio Paludo, intitulada *Álbum de família* (1985). Na narrativa, o autor é apresentado como descendente de imigrantes italianos, nascido no Rio Grande do Sul e transferido ainda jovem para a região que viria a ser Seara, onde atuou como comerciante, líder comunitário e prefeito municipal. Homem branco, ligado à elite política e econômica local, escreve a partir de um lugar de autoridade, no qual sua experiência de colono bem-sucedido se confunde com a própria narrativa oficial do município.

No mesmo passo, analisa-se a obra *De nova Milano a Seara* (2024), de Lauri Paludo, que é filho de Biagio e partilha com ele o capital simbólico associado ao sobrenome Paludo. Também homem branco, descendente de colonos ítalo-brasileiros, atuou como vereador e empresário, inserido nas redes de poder político-partidário e econômico da cidade. Sua obra retoma a trajetória familiar e comunitária a partir de um olhar memorialista, reforçando o protagonismo masculino na colonização e na vida pública.

A terceira obra, escrita por Valdir Magri, intitulada *Linha Forquilha: 90 anos de história e memória* (2023), está imersa em sua origem que vem de família de pequenos proprietários rurais. Ele atua politicamente e no âmbito comunitário, mas não dispõe do mesmo reconhecimento dos anteriores, ainda assim, justamente por essa posição, sua escrita, embora sem formação historiográfica e sem declarar um projeto de gênero, acaba por nomear mulheres e registrar práticas femininas que permanecem silenciadas em outras narrativas. É agricultor familiar, músico e dirigente comunitário, morador da comunidade de Linha Forquilha, foi ministro da Eucaristia, catequista, integrante de coral e diretor da cooperativa de crédito local (Crediseara), entre outras funções.

O quarto autor, João Fabrin, escritor do livro *Seara Dei Nostri Ricordi - Sincretismo cultural em Nova Milano (Seara): Visto a partir das práticas culturais ítalo-brasileiras 1920-1960* é historiador, graduado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestre

pela Universidade de Passo Fundo (UPF), por isso sua obra difere das demais, não por incluir debate de gênero, mas por adotar um olhar metodologicamente da pesquisa em História, distinto, e atento às práticas culturais.

Esse conjunto se torna ainda mais instigante quando incluímos a obra, escrita por Maria Eugênia Serafim Rech, intitulada *Em busca de novos horizontes* (2005). O único livro escrito por uma mulher que localizamos e ocupa posição singular no *corpus*: professora primária, primeira mulher vereadora de Seara e figura destacada na vida cultural e religiosa da cidade, mas reiteradamente marginalizada nas narrativas predominantes. Nascida em Biguaçu (região litorânea do estado), filha de lavrador, de origem açoriana e portuguesa, Maria migra para o Oeste catarinense em 1946, aos 19 anos, para assumir a escola em Nova Milano³, nome do atual município de Seara, à época distrito pertencente à Concórdia. Sua autobiografia articula experiências de trabalho docente, maternidade, militância religiosa e atuação política, oferecendo um contraponto à memória oficial centrada nos “grandes homens”.

Nesse sentido, a caracterização sócio-histórica desses/as autores/as, homens brancos descendentes de colonos ítalo-brasileiros, vinculados a diferentes posições de classe (da elite político-empresarial ao agricultor familiar) e uma mulher professora e vereadora, também ligada à elite local por casamento, mas oriunda de família humilde, é fundamental para compreender como cor⁴, classe social, formação e atuação profissional atravessam a produção dessas narrativas. Em todos os casos, a religiosidade católica aparece como pano de fundo importante, seja na forma de confrarias, corais, eventos paroquiais ou pastorais, compondo um universo simbólico que legitima determinadas figuras como dignas de memória.

Destaca-se ainda, a importância da história das mulheres, antes de tudo, porque muda a própria ideia do que conta como “história”. Quando Rago (1991) e Del Priore (1997) propõem olhar para a experiência feminina, não estão apenas adicionando “mais um tema” ao conjunto de assuntos possíveis: elas estão questionando um modelo de escrita histórica que, por séculos, tomou o homem branco, proprietário, letrado, como medida do universal. Ao incluir as

³ Nova Milano foi a denominação utilizada para o núcleo urbano que posteriormente deu origem ao município de Seara. A localidade integrava o território de Concórdia e foi elevada à condição de distrito em 1944, recebendo então o nome de Seara. Sua emancipação político-administrativa ocorreu posteriormente, em 1953, quando deixou de pertencer a Concórdia e passou a constituir município próprio.

⁴ Embora este trabalho dialogue com uma perspectiva interseccional, raça e cor não aparecem como categorias centrais de análise em razão dos limites das próprias fontes, que não oferecem dados suficientes ou nomeações explícitas sobre mulheres racializadas nas obras examinadas. Essa ausência, contudo, não deve ser interpretada como inexistência desses sujeitos na região, mas como mais um indício dos mecanismos de apagamento que estruturam a memória local. Entende-se, portanto, que a subalternização de mulheres negras, indígenas, caboclas ou pertencentes a outros grupos racializados tende a ser ainda mais profunda, justamente porque suas presenças aparecem de forma rarefeita, silenciada ou não identificada nas narrativas memorialísticas e nos registros públicos analisados.

mulheres e, em especial, mulheres pobres, camponesas, negras, indígenas, operárias, o que se altera não é só o elenco de personagens, mas os problemas, as fontes, as escalas e até as perguntas que fazemos ao passado. A vida cotidiana, o trabalho reprodutivo, a maternidade, a religiosidade, a sexualidade e as redes de cuidado deixam de ser pano de fundo e passam a ser reconhecidos como terrenos centrais de disputa de poder, de produção de riqueza e de construção de subjetividades.

Além disso, a história das mulheres é um campo que torna visíveis os mecanismos de silêncio e apagamento que estruturam a memória social. Nesse contexto, no momento em que Joana Maria Pedro (2011) e Joan Scott (1995) defendem o gênero como categoria de análise sócio-histórica, elas indicam justamente isso: ao trazer as relações de gênero para o centro, somos obrigados a rever certezas sobre progresso, democracia, cidadania, trabalho e até sobre o próprio conceito de gênero em meio ao processo de colonização. Nesse sentido, a história das mulheres é importante não só para “fazer justiça” às que ficaram de fora, mas porque obriga a disciplina histórica a confrontar seus próprios limites, suas hierarquias de valor e suas cumplicidades com projetos androcêntricos de poder.

Além da discussão teórica mais ampla, este trabalho dialoga com uma produção local e regional que já vem problematizando a presença e a invisibilidade das mulheres nos processos de colonização. A autora Andréia Signori (2018), ao analisar as mulheres no processo de colonização do Oeste catarinense entre 1920 e 1960, demonstra como elas aparecem simultaneamente como força de trabalho indispensável e como sujeitos relegados à margem das narrativas oficiais, tensionando a imagem idealizada da “mulher colona” abnegada e silenciosa. De modo complementar, a historiadora Carlise Schneiders (2023), ao estudar o projeto colonizador Porto Novo, evidencia a articulação entre trabalho, reprodutividade e controle sobre os corpos femininos, mostrando como a organização da família, da propriedade e da comunidade rural se assentou sobre uma divisão sexual do trabalho que naturaliza a subalternidade das mulheres.

A aproximação com essas pesquisas permite situar a presente produção em uma linhagem de estudos que, a partir do Oeste e do Sul do Brasil, interroga as memórias colonizadoras e suas hierarquias de gênero. Ao mesmo tempo, aponta uma lacuna na produção de visões de gênero para os processos coloniais e ilumina o papel das mulheres em diferentes projetos colonizadores. É nesse intervalo que se insere a presente pesquisa, buscando articular a história das mulheres, os estudos de gênero e a análise crítica das fontes, as obras memorialísticas para reescrever, a partir das margens, a história feminina regional.

Desse modo, estrutura-se este Trabalho de Conclusão de Curso em dois capítulos, sendo o primeiro capítulo uma análise da colonização searaense, a partir da escrita de uma mulher, assim buscando dissecar a biografia de Maria Eugênia Serafim Rech, ou seja, se toma como ponto de partida a produção feminina, mulher cuja trajetória, embora relevante para a história local, permanece pouco explorada ou apenas tangenciada pelas fontes memorialísticas. A análise partirá do relato de sua morte, como metáfora da exclusão simbólica e material das mulheres na memória coletiva, para reconstruir aspectos de sua vida, sociabilidade e atuação pública e privada.

Já o segundo capítulo busca por presenças, ausências e representações de mulheres nas demais obras memorialísticas de Seara, ampliando a análise dentro de cada uma das quatro obras, comparando o modo como cada autor aborda, ou silencia, as presenças femininas. Nesse contexto, a leitura é guiada por cinco eixos temáticos, que funcionam como categorias de análise transversais, sendo estes: A mulher na colonização; A mulher na política; A mulher no cotidiano, na igreja e nos cuidados e; A mulher no mundo do trabalho. Por fim, o capítulo examina os lugares em que as mulheres aparecem simbolicamente na cidade, nomes de ruas, escolas, praças, associações, como um indicador de sua (in)visibilidade na memória pública e na toponímia searaense, para isso, serão utilizados arquivos locais da câmara de vereadores e da prefeitura da cidade, bem como o plano diretor no município.

2 COLONIZAÇÃO E GÊNERO EM SEARA: ARQUIVOS DO COTIDIANO E SEUS SILÊNCIOS

No dia 27 de outubro de 2025, faleceu Maria Eugênia Serafim Rech, ou simplesmente Mariazinha Rech, como era conhecida. Primeira professora da cidade de Seara, Maria foi figura importante na formação educacional, cultural e política do município. Contudo, apesar de tratar-se de uma figura ímpar para a história local, sua trajetória foi sistematicamente colocada à margem, o que permite aproximá-la da condição de subalternidade pensada por Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em sua leitura do conceito de subalternidade, a autora lembra que a subalterna não é simplesmente “quem sofre”, mas aquele cuja voz é bloqueada nos circuitos de representação, “desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar” (Spivak, 2010, p. 15). Assim a trajetória de Maria parece encenar, no plano municipal, essa mesma lógica de silenciamento, visto que sua vida sustenta parte importante do projeto educacional e comunitário de Seara, mas raramente ocupa o centro dos relatos oficiais sobre o passado local. Destaca-se que a formulação não significa que a subalterna seja incapaz de enunciar, mas que sua fala raramente encontra as condições para ser ouvida e reconhecida como legítima. Em outras palavras, não é a ausência de fala, mas a ausência de escuta. Quando se trata da mulher subalterna, a situação é ainda mais aguda: “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 17).

Figura 2 - Maria Eugênia Serafim Rech



Fonte: Verde Vale 104.9. Disponível em: <<https://www.verdevalefm.com.br/noticia/morre-a-primeira-professora-de-seara-maria-eugenia-serafim-rech>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Nesse contexto, a escolha de iniciar este trabalho pela morte de Maria Eugênia não é um detalhe biográfico, mas um gesto metodológico. Começa-se pelo fim para evidenciar como uma vida inteira pôde ser relegada a notas de rodapé na história oficial do município. A notícia de seu falecimento, que mobiliza memórias afetivas no presente, contrasta com a quase ausência de sua trajetória nos principais livros que narram a colonização de Seara: *Álbum de Família*, de Biagio Aurélio Paludo (1985), *De Nova Milano a Seara*, de Lauri Paludo (2024), *Seara – Dei nostri ricordi*, de João Fabrin (2013) e *Linha Forquilha – 90 anos de história e memória*, organizado por Magri (2023). Nessas obras, a colonização é apresentada como epopeia masculina: colonos-chefes, “pioneiros”, “chefes de família”, presidentes de comunidades, conselheiros de cooperativa, quase sempre nomeados no masculino, ao passo que as mulheres aparecem, quando muito, como esposas ou mães referidas em parênteses, listas genealógicas ou legendas.

Figura 3 - Noticiário: homenagem póstuma

f GERAL www.folhasete.com.br Folhasete - Seara, Sábado, 1 de novembro de 2025 | 12

LUTO

Seara perde dona Mariazinha Rech

VIDA E OBRA Primeira professora e primeira vereadora eleita por Seara deixa grande legado

DÉCIO PANDOUR
decio@folhasete.com.br

Seara teve ao longo destas poucas décadas de emancipação e do centenário de colonização diversos personagens históricos. O colonizador Antonio Zanuzzo, o médico Harry Quadros de Oliveira e o entomólogo Fritz Plauermann são alguns dos nomes que ajudaram a construir a história do município. Há muitos outros searaenses ilustres, como o empreendedor Artêmio Paludo e a professora Inês Detoni.

De todos estes nomes históricos, apenas seu Artêmio Paludo está vivo. E nesta semana Seara deu adeus a mais uma de suas figuras marcantes. Dona Maria Eugênia Serafim Rech morreu no começo da manhã de segunda-feira, 27 de outubro.

Nascida em 1929, em Biguaçu, dona Mariazinha, como era carinhosamente chamada pelos amigos, chegou a então Nova Milano, distrito precursor de Seara, em 1946, então com 17 anos. Foram mais de três décadas lecionando ao lado de nomes como o professor Deolindo Zílio,

que hoje dá nome a uma das principais escolas do município. Diversos alunos que se tornaram relevantes na história de Seara receberam seus ensinamentos, numa época em que as turmas eram multisseriadas e que os recursos para auxiliar o professor eram escassos.

Maria Eugênia Serafim Rech foi a primeira professora de Seara. Foi também a primeira vereadora, eleita em 1982. Tomou gosto pela política depois de se casar com Dorvalino Rech, que atuou em outras funções como barbeiro, empreendedor e agricultor e

que se elegeu prefeito em 1972. Do casamento com seu Dorvalino nasceram cinco filhos. Como primeira dama comandou diversas ações sociais e comunitárias e até voltou a lecionar de forma voluntária. Em sua linda trajetória não atuou apenas no ensino escolar. Também ensinou canto e comandou grupos de teatro. Como homenagem, hoje dá nome ao Grupo de Teatro da Casa da Cultura.

Parte da sua trajetória está contada no livro "Em busca de novos horizontes", que está à disposição na Casa Cultura. A autobiografia relata um pouco da história desta pequena gigante que se formou aos 15 anos e, não encontrando vaga para lecionar na capital do Estado, decidiu se aventurar em terras distantes. Um feito quase que inimaginável para uma jovem menor de idade nos idos de 1940. "Tenho muito orgulho da história que construí. Foram muitos enfrentamentos, mas valeu a pena", resumiu dona Mariazinha Rech numa entrevista à jornalista Sandra Pischke, do jornal *Folhasete*, em 2019, na comemoração dos seus 90 anos de vida.

A jovem professora

Sempre elegante e sorridente

Dona Maria e seu Dorvalino

DESPEDIDA

Homenagens

Diversas lideranças e amigos se manifestaram demonstrando pesar pela morte de Maria Eugênia Serafim Rech. A Prefeitura de Seara decretou luto oficial por três dias. Dona Mariazinha foi sepultada na terça-feira, 28 de outubro, no Cemitério Municipal de Seara.

Fonte: Jornal Folhasete

O texto publicado pelo Jornal Folhasete⁵, na edição nº1538, página 12, retratando a morte de Maria Eugênia Serafim Rech exemplifica muito bem as tensões entre reconhecimento e enquadramento patriarcal na memória local, visto que logo na abertura, antes mesmo de

⁵ O FolhaSete é um jornal local de Seara/SC, reconhecido como um dos principais veículos de comunicação impressa do município. Suas edições registram acontecimentos políticos, sociais, culturais e comunitários da cidade, constituindo importante fonte para pesquisas sobre a memória local e a circulação pública de narrativas sobre sujeitos, eventos e instituições searaenses.

nomeá-la, o jornal recorda uma linhagem de “personagens históricos” de Seara, o colonizador Antônio Zanuzzo, o médico Henry Quadros de Oliveira, o entomólogo Fritz Plaumann, o empreendedor Artêmio Paludo, todos homens, para só então situar “dona Mariazinha” como “mais uma de suas figuras marcantes” e ainda que o texto reconheça seu “pioneirismo” como primeira professora e primeira vereadora, bem como sua atuação em ações sociais, no teatro e no canto, a trajetória política de Maria é imediatamente ancorada no marido: afirma-se que ela “tomou gosto pela política depois de se casar com Dorvalino Rech”, eleito prefeito em 1972, e se enfatiza seu papel como “primeira-dama” que “comandou diversas ações sociais e comunitárias”. Assim, o obituário produz dois sentidos: em um primeiro momento celebra uma “pequena gigante”, corajosa e determinada, que se aventurou “em terras distantes” e construiu um “grande legado”; de outro, reinscreve essa trajetória em uma gramática de gênero que continua a defini-la pela relação conjugal e a colocá-la ao lado de homens já consagrados como ícones da colonização. O resultado é um reconhecimento tardio que, ao mesmo tempo em que rompe parcialmente o silêncio, confirma como a visibilidade feminina na memória pública segue condicionada às molduras masculinas de prestígio e autoridade.

Nesse contexto, ao realizar uma análise da história de Seara, do ponto de vista do colonizador, conforme Solange Zottis (2006), esta costuma ser organizada a partir da chegada das companhias colonizadoras e da demarcação dos lotes. Em 1924, subcolonizadoras como Rio Branco Ltda., Nardi, Rizzo, Simon e a empresa Luce & Rosa iniciam a colonização “propriamente dita”, convertendo a região em mercadoria e em promessa de “progresso” para migrantes vindos sobretudo do Rio Grande do Sul (Zottis, 2006). Narrativas como o texto de Arnildo Edmundo Zuze sobre o centenário de Nova Teutônia reforçam esse enquadramento ao destacar a chegada dos imigrantes europeus como marco fundador: “Os primeiros moradores de Nova Teutônia [...] atravessaram o Oceano Atlântico na esperança de um mundo melhor” (Zuze, 2004, p. 1). O movimento de colonização é apresentado como façanha heroica dos pioneiros, que enfrentam a mata, “abrem caminho” e constroem o município.

Nessa narrativa, o sujeito da colonização é o “colono”, substantivo masculino, branco, proprietário, católico, e as comunidades que formaram o município aparecem como resultado do trabalho desses homens que “desbravam” a mata, “enfrentam” o desconhecido e fundam comunidades. As principais obras memorialísticas sobre Seara, que serão analisadas no capítulo dois do presente trabalho, convergem nesse padrão, onde a colonização é apresentada como façanha de pioneiros e chefes de família, descritos como corajosos e empreendedores, enquanto as mulheres surgem apenas de forma lateral, quase sempre vinculadas a papéis de esposa, mãe

ou colaboradora, raramente ocupando o centro da ação histórica ou sendo nomeadas como agentes do processo.

Esse enquadramento não é exclusivo de Seara. Estudos recentes sobre o Oeste catarinense mostram como a figura do “desbravador” tornou-se ícone das memórias urbanas da região. Em Chapecó, por exemplo, o monumento “O Desbravador”, inaugurado em 1981, consagra a imagem de um gaúcho que carrega, em uma mão, o machado do trabalho e, na outra, os louros da vitória. Como observa a autora de *As mulheres no processo de colonização do Oeste Catarinense*, “a imponente da estátua representa o poder simbólico da valorização que é atribuída à figura dos migrantes colonizadores na região” (Signori, 2017, p. 42). Outros grupos, como indígenas, caboclos e mulheres, aparecem, quando muito, como pano de fundo dessa narrativa. Ainda, como lembra Perrot (2005), esse processo não é casual, a história “oficial” foi durante muito tempo escrita “no masculino”, produzindo aquilo que a autora chama de “silêncios da história”: lacunas sistemáticas em torno da experiência feminina, especialmente quando se trata de camponesas, operárias, professoras e lideranças comunitárias de pequenas cidades.

Nesse sentido, ao discutir esses usos políticos da memória, Paulo Zarth aponta que os “textos tradicionais sobre a história dos municípios originados no processo de colonização produziram a ideia de que tudo começou com a fundação das colônias” (2015, p. 14). Tal mito fundador, ainda segundo Perrot (2005), divide o tempo entre “antes” e “depois” da colonização, associando o “depois” à ideia de progresso e pioneirismo, quase sempre personificados em alguns poucos homens. As mulheres, mesmo quando aparecem, são apresentadas como esposas, auxiliares ou herdeiras discretas, raramente como sujeitos de decisão, deslocamento, escrita ou representação política.

É nesse cenário que a figura de Maria Eugênia Serafim Rech ganha densidade analítica. Seu itinerário de jovem professora vinda de Biguaçu (litoral catarinense) a Seara, passando pelo magistério, pela organização comunitária e pelo mandato como vereadora tensiona a gramática memorialista dominante. Assim, começar por sua morte significa, por um lado, reconhecer o tempo presente como lugar de produção de memória; por outro, explicita o hiato entre a importância da personagem para a história local e o lugar marginal que ocupa nas narrativas oficiais. Esse movimento, além de produzir certo desencaixe narrativo, evidencia uma visão limitada e distorcida de sua trajetória, como se a contribuição de Maria Eugênia para Seara e para a região pudesse ser compreendida apenas em referência à colonização, e não a partir de sua própria atuação na educação, na cultura, na religiosidade e na política.

Spivak lembra que, no contexto da produção colonial, “a tarefa de recuperar um sujeito (sexualmente) subalterno não pode ser feita por meio de um simples ato de benevolência ou de inclusão tardia” (Spivak, 2010, p. 146). É preciso interrogar as condições de enunciação que produziram o silêncio, assim como as formas pelas quais esse silêncio é, às vezes, fissurado por gestos de escrita, autobiografia, cartas, relatos orais. É justamente a essa fissura que responde a autobiografia de Maria, (Rech, 2005): uma narrativa que, ao mesmo tempo, documenta sua trajetória e cria um lugar de fala para uma mulher que, no arquivo local, aparecia sobretudo como “homenageada”.

Ao narrar sua própria vida, Maria Eugênia desloca o eixo da autoria tradicionalmente ocupado pelos homens que escreveram a história da colonização regional. Pois, como visto, as produções memorialísticas do Oeste catarinense, tendem a centralizar o colono como herói fundador e mesmo quando escritas fora no meio acadêmico, reproduzem uma gramática patriarcal da memória, em que as mulheres aparecem apenas por relação: filhas, esposas, viúvas, colaboradoras (Signori, 2017). Maria, ao contrário, escreve-se como sujeito histórico, articulando magistério, cultura e fé como práticas políticas e de intervenção no comum.

Professora desde 1946 e primeira mulher a ocupar uma cadeira no legislativo local, Maria constrói uma narrativa de si que transborda os limites da esfera privada. Sua autobiografia não se pretende acadêmica, mas, justamente por isso, torna-se valiosa para a história social: é um contra-arquivo, uma escrita de si que ilumina a experiência de uma mulher cuja presença foi sistematicamente marginalizada. Ao tomá-la como fonte central, este capítulo parte do entendimento de que a categoria de gênero não constitui um mero acréscimo temático à narrativa histórica, mas um operador analítico fundamental para compreender como as relações entre homens e mulheres são historicamente construídas, hierarquizadas e atravessadas por relações de poder. Nesse sentido, trabalhar com gênero implica também deslocar os próprios modos de fazer história, tal como lembra Eni de Mesquita Samara: “nas últimas décadas o aparecimento da história das mulheres como um campo de estudos ampliou os limites da própria história, embora não possa ser apenas entendida como um acréscimo” (Samara, 2005, p. 7).

Scott (1995), argumenta que o gênero não é sinônimo de “mulheres”, mas uma forma de significar relações de poder, atravessando tanto o simbólico quanto as instituições. Ao mobilizar gênero como lente, este capítulo desloca o olhar da colonização enquanto façanha masculina para a colonização enquanto processo social tecido também por mulheres que, embora não constem nas listas de “pioneiros”, sustentaram o cotidiano das comunidades rurais e urbanas.

Nesse sentido, acompanhar a trajetória de Maria Eugênia significa, ao mesmo tempo, analisar a colonização searaense a partir de lentes de gênero e ouvir à voz de uma mulher que se escreveu e inscreveu como agente do processo. Desse modo, a análise está organizada em três movimentos: primeiro, seus deslocamentos e a escolha pelo magistério; depois, as práticas de cuidado, cultura e religiosidade como formas de atuação pública; por fim, a experiência no legislativo, onde sua voz se torna explicitamente política, mas permanece atravessada por limites de gênero.

Se o cânone memorialista local tende a fixar o passado como epopeia masculina, a escrita de Maria opera na contramão: ela narra o mesmo espaço-tempo a partir de uma vida que, historicamente, foi tratada como periférica. A pergunta que orienta este capítulo, o que acontece quando começamos a história de Seara pela trajetória de uma mulher? não é apenas retórica. Ela busca tensionar a centralidade masculina na memória municipal e, ao mesmo tempo, reescrever a pergunta de Spivak: *pode a subalterna falar quando escreve sua própria vida?*

2.1 “EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES”: DESLOCAMENTO, MAGISTÉRIO E PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS EM SEARA

A chegada de Maria Eugênia a Seara está diretamente vinculada à própria dinâmica de colonização e à expansão da escola pública primária para o Oeste de Santa Catarina. Nascida em Biguaçu, região litorânea do Estado de Santa Catarina, Maria decide tornar-se professora em um contexto em que a docência feminina começava a se consolidar como espaço “aceitável” de trabalho para mulheres, sobretudo em áreas urbanas e semiurbanas. Ao procurar a Secretaria de Educação em Florianópolis, recebe, uma proposta que desloca radicalmente suas expectativas: há vaga apenas “no Oeste do Estado, num lugar chamado Seara”. (Rech, 2005)

Na autobiografia, a cena é reconstruída com detalhes⁶. A diretora da Educação informa-lhe que não há cargos “perto de casa”, mas que existe uma escola em Seara, distrito de Concórdia, cuja população era descrita como “de origem italiana”, com presença de “índios e boi de botas”⁷. A conversa termina com um convite-desafio:

Faz o seguinte: vai, leciona seis meses e volta; mas quero que venha me contar o que acontece por lá. Enquanto isso eu vou conseguir uma escola aqui perto.

⁶ Neste trecho, reproduz-se a forma como Maria Eugênia Serafim Rech reconstrói a cena em sua autobiografia. Como toda fonte autobiográfica, seu relato não é tomado como verdade absoluta, mas como uma narrativa situada, atravessada por memórias, percepções e categorias próprias de seu tempo.

⁷ Expressão explicada na obra como referência aos gaúchos, migrantes oriundos do Rio Grande do Sul (Rech, 2005, p. 11).

E, então, queres ir? – Quero, sim. Vou conhecer, vou em busca de novos horizontes... Que Deus me acompanhe... (Rech, 2005, p. 12).

O título da obra nasce, portanto, dessa decisão: aceitar a vaga no Oeste é “ir em busca de novos horizontes”. Ao mesmo tempo, a negociação com a família revela os limites morais impostos às jovens mulheres que se deslocavam sozinhas. “Quando cheguei em casa e contei a eles que perto não havia vagas, só no Oeste do Estado, num lugar chamado Seara, ficaram muito apreensivos, choramos juntos, mas precisava ajudá-los... Na época éramos em sete irmãos” (Rech, 2005, p. 12).

A solução encontrada para conciliar necessidade econômica, expectativa familiar e normas de gênero é significativa: Maria viaja acompanhada do pai, o que revela uma moralidade que condenava a circulação autônoma de mulheres jovens por grandes distâncias. Como a própria autora registra, “no início de fevereiro de 1946, fui até a Secretaria buscar a minha portaria de nomeação [...] Embarcamos — eu e meu pai — e chegamos a Lages à noite” (Rech, 2005, p. 12-13). Saffioti (2004) lembra que o patriarcado opera não apenas por meio de leis e instituições, mas por um complexo de normas morais que regulam o corpo e os deslocamentos femininos, definindo o que é visto como “seguro”, “decente” ou “adequado” para as mulheres. A presença paterna funciona, assim, como espécie de aval moral, autorizando o deslocamento de Maria e, ao mesmo tempo, reforçando que seu acesso ao espaço público da escola ainda passava pela mediação masculina.

A narrativa da viagem combina medo, curiosidade e confiança na autoridade masculina. Presos alguns dias em Lages devido às chuvas, pai e filha hospedam-se em uma pensão, onde conhecem o prefeito de Concórdia, que se responsabiliza por encaminhar a jovem professora até Seara. Quando o trânsito é restabelecido, o pai de Maria precisa retornar a Biguaçu, e a despedida é contada com forte carga emocional:

No outro dia, papai viajou de volta, choramos muito... Eu fiquei na pensão, esperando o tempo melhorar, por quatro dias. Então procurei o Prefeito para saber quando iria continuar a viagem. Ele me disse: — Amanhã iremos a Concórdia de ônibus e você irá conosco, tá bem? Não se assuste. Seara tem gente boa, conheço todo mundo lá. Você vai gostar! (Rech, 2005, p. 13).

Chegando ao destino, a experiência inaugural no magistério é narrada a partir de um marco preciso: “Dia 24 de fevereiro de 1946. Para iniciar, formamos a fila. Entramos na sala e fizemos uma oração (...). Jamais esqueci o primeiro dia na escola, aqui em Seara” (Rech, 2005, p. 23). Essa lembrança, aparentemente simples, revela camadas importantes da história local.

Em um distrito⁸ ainda em processo de organização, a escola surge como espaço privilegiado de sociabilidade, moralização e construção de uma identidade comunitária. O gesto de formar a fila e fazer a oração antes do início da aula pode ser visto como uma tecnologia de disciplinamento de corpos e de configurações de gênero.

Além disso, Maria enfatiza o caráter multisseriado da escola: era preciso “desenvolver todas estas matérias com as quatro séries no mesmo período de aula”, o que implicava uma sobrecarga de trabalho que hoje chamaríamos de precarização, mas que, na narrativa, é lembrada como desafio cotidiano do magistério rural (Rech, 2005, p. 24). Nessa descrição, a professora aparece simultaneamente como educadora, gestora, conselheira, mediadora de conflitos, funções que, embora naturalizadas como “vocação feminina”, assumem, em sua escrita, estatuto de trabalho complexo e politicamente relevante.

No caso da professora, a escola torna-se uma espécie de laboratório de sociabilidades femininas. Ela narra, por exemplo, as hospedagens em casas de famílias locais, a rede de apoio formada por mães de alunos, o envolvimento com a igreja e as primeiras iniciativas culturais, peças, cantos, pequenas festas. Em vez de se limitar à imagem da professora “abnegada”, sua autobiografia deixa entrever uma trabalhadora que negocia salários, enfrenta dificuldades materiais, desloca-se entre comunidades e, pouco a pouco, consolida um lugar de autoridade na cidade.

Figura 4 - Alunos da 2ª Escola Estadual - 7 de setembro de 1948



Fonte: Rech, 2005, p. 26

⁸ Na época da chegada de Maria Eugênia Serafim Rech, Seara ainda não era município emancipado. A antiga Vila de Nova Milano havia sido elevada à condição de distrito do município de Concórdia em 15 de abril de 1944, passando a receber a denominação de Seara. Essa condição permaneceu até a criação do município, em 15 de abril de 1954, quando Seara deixou de ser distrito de Concórdia e passou a constituir município autônomo.

Para além disso, ao longo de sua autobiografia, Maria menciona constantemente seus alunos e alunas, descrevendo o esforço em ensiná-los da melhor forma possível e registrando, ao mesmo tempo, o preconceito que sofreu por ser mulher em um contexto em que sua presença pública e sua circulação sozinha eram vistas com desconfiança.

Nesses dois anos, sofri alguma discriminação por certas pessoas, em razão de ter vindo sozinha de tão longe ... Imagine o preconceito ... Naquela época, as mulheres não viajavam sozinhas, não saíam da casa dos pais, nem para estudar, só se fosse no colégio de freiras. Aquelas pessoas maldosas que tentaram me julgar, pensando que eu fosse uma mulher-da-vida, não tiveram a satisfação de constatar o que pensaram a meu respeito. Graças a Deus, nada fiz de errado que manchasse a minha moral. (Rech, 2005, p. 31).

O trecho evidencia de forma contundente o controle moral exercido sobre os corpos e deslocamentos femininos em pequenas comunidades do interior. Ao narrar que foi vista como possível “mulher-da-vida” por ter vindo sozinha de tão longe, Maria explicita a lógica segundo a qual a honra e a respeitabilidade de uma mulher estavam diretamente vinculadas à vigilância familiar, à permanência na casa dos pais e à mediação de instituições religiosas “nem para estudar”, diz ela, “só se fosse no colégio de freiras”. A necessidade de reafirmar reiteradamente que “nada fiz de errado que manchasse a minha moral” revela o peso dessa norma: não basta ser professora; é preciso provar o tempo todo que não se transgride o modelo de feminilidade aceitável. Em termos de análise de gênero, trata-se de um exemplo concreto do patriarcado enquanto sistema que regula mobilidades, honra e sexualidade das mulheres (Saffioti, 2015), e de como a circulação feminina fora dos circuitos considerados legítimos (família, igreja, colégio de freiras) é imediatamente associada à suspeita e à devassidão, como mostram também os estudos de Rago (1991) sobre moralidade e controle dos corpos femininos.

Assim, desde o início, a trajetória de Maria Eugênia se inscreve em uma trama em que deslocamentos, trabalho docente e vínculos familiares se articulam. Não se trata apenas da história de “uma professora que chegou em 1946”, mas de uma entrada feminina na história de Seara que, ao mesmo tempo que se encaixa no modelo de colonização (é migrante, branca, católica), desloca-o ao ocupar espaços de ensino, escrita e representação pública.

2.2 ENTRE IRMÃS, MARIDO E COMUNIDADE: FAMÍLIA, TRABALHO E REDES DE CUIDADO

À medida que se estabelece em Nova Milano, a jovem reorganiza sua própria rede familiar em função do magistério. Um aspecto importante de sua narrativa é a decisão de trazer

a irmã para também lecionar em Seara. Ao relatar esse movimento, Maria Rech mostra como a docência feminina podia funcionar como canal de mobilidade social e geográfica: ao assumir o cargo, ela não apenas se desloca, mas puxa a irmã para o mesmo circuito, criando uma pequena comunidade de mulheres-professoras em meio a um universo fortemente masculinizado.

Nas décadas seguintes, Maria amplia seu campo de atuação para além da sala de aula. Professora, catequista, organizadora de festas, coralista, dirigente de associações: sua biografia revela uma multiplicidade de papéis que, em geral, são lidos como extensões “naturais” do cuidado feminino, mas que podem ser interpretados como formas de intervenção política no tecido social. Ela relata, por exemplo, a atuação na Casa da Amizade, entidade ligada ao Lions Clube, onde afirma: “Por duas vezes fui presidente da Casa da Amizade”, destacando que coordenava “chás beneficentes, o coral infantil, danças e bailados” (Rech, 2005, p. 54). Longe de serem atividades meramente recreativas, tais ações configuram uma espécie de política cultural de base, na qual a organização de eventos, apresentações artísticas e ações de solidariedade constrói laços comunitários e produz uma ideia de “cidade” e de “comunidade searaense”.

Essa dimensão é importante para pensar o lugar das mulheres na história local. Mary Del Priore (1997), ao refletir sobre a história das mulheres no Brasil, chama atenção para aquelas que “fazem viver”, isto é, que sustentam, organizam e reinventam os cotidianos, muitas vezes sem reconhecimento formal (Del Priore, 1997). São mulheres que cozinham, educam, administram festas, arrecadam recursos para obras, mantêm redes de apoio e cuidado, e cuja atuação é central para a reprodução da vida social. A narrativa de Maria insere-se exatamente nesse registro: ao contar sobre os chás, os corais, as novenas, ela expõe uma rede de trabalho feminino que atravessa o magistério, a igreja e a cultura.

A autobiografia também dedica espaço à formação de sua própria família: o casamento com Dorvalino Rech, a construção da casa, a criação dos filhos, os desafios de conciliar maternidade, trabalho de professora e participação comunitária. Nesse ponto, a linguagem da vocação e do sacerdócio merece atenção, pois ela não funciona apenas como escolha individual da autora, mas como índice de uma cultura histórica que associou o magistério feminino à missão, ao dom e à abnegação. Tal formulação, bastante comum no período, reforçava a percepção de que o ensino exercido por mulheres era quase uma extensão “natural” do cuidado materno, e não propriamente uma atividade profissional qualificada. Essa associação entre magistério e feminilidade não é casual, como aponta Guacira Louro (1997), a presença feminina na docência foi historicamente legitimada pela ideia de que ensinar crianças seria uma extensão das funções maternas, vinculando o trabalho docente ao cuidado, à moralização e à formação

dos sujeitos. Desse modo, a professora era valorizada como figura abnegada e vocacionada, mas essa valorização também contribuía para desprofissionalizar sua atuação, tratando o ensino como dom natural feminino, e não como trabalho qualificado. Assim, ao mesmo tempo em que valorizava moralmente a professora, essa linguagem também operava no sentido de esvaziar a dimensão política e profissional do magistério, deslocando-o para o campo do dever, da entrega e da disposição feminina para servir.

Outrossim, nessa conjuntura, a leitura de Saffioti (2004) sobre gênero, patriarcado e violência é útil para compreender as tensões desse arranjo. O casamento, na sociedade do Oeste catarinense, durante o período da colonização representa tanto uma forma de proteção quanto um dispositivo de controle sobre a mobilidade feminina. Na condição de “esposa de”, muitas mulheres viabilizam sua permanência em determinados espaços, mas sua agência tende a ser narrada sempre em relação ao marido. A diferença, no caso de Maria, é que sua autobiografia reverte essa lógica: embora mencione o marido e as tarefas domésticas, ela organiza o texto em torno de seu próprio percurso, não do dele.

No caso de Seara, essa atuação ganha contornos específicos. A região, marcada pela presença de colonos de origem italiana e alemã, bem como por comunidades indígenas e caboclas, constrói sua identidade por meio de símbolos, festas e rituais que frequentemente reatualizam tradições europeias. Mais tarde, ao narrar sua participação no Coral São Daniel, do qual foi fundadora e secretária, ela mostra como a música e a culinária típicas tornam-se instrumentos de representação da cidade: “O Coral representa Seara com dignidade (...). Promovemos todos os anos, em abril, a Noite Italiana, com comida típica e apresentação de corais. Também, como lucro desses eventos, doamos um salário à Rede Feminina de Combate ao Câncer” (Rech, 2005, p. 60). Aqui, o canto coletivo se transforma em voz coral da comunidade, pois organizar uma Noite Italiana é, ao mesmo tempo, reafirmar uma identidade étnica (italiana), fortalecer laços comunitários e financiar ações de saúde por meio da Rede Feminina de Combate ao Câncer, outra instituição em que o trabalho de mulheres é central. Em termos spivakianos, Maria não fala apenas por si, mas cria uma “condição de fala compartilhada”, na qual diferentes mulheres sejam elas, coralistas, voluntárias, cozinheiras, organizadoras, passam a existir publicamente através desses eventos.

Ao mesmo tempo, a autora evidencia a sobrecarga feminina na articulação entre trabalho, família e comunidade. Em diversos trechos, refere-se às múltiplas jornadas: lecionar nos turnos escolares, preparar atividades da catequese, cuidar dos filhos, organizar festas e corais. Se a historiografia tradicional tende a separar rigidamente o “privado” (família, casa) do “público” (política, economia), a trajetória de Maria desfaz essa fronteira ao mostrar como o

trabalho dito doméstico e o comunitário estão imbricados. Como sugere Del Priore, os estudos sobre mulheres permitem perceber dinâmicas sociais que escapam à oposição simplista entre santas e demônios, donas de casa e mulheres públicas, abrindo espaço para compreender subjetividades mais complexas (Del Priore, 1997, p. 8). Nessa mesma direção, Scott chama atenção para o fato de que as identidades femininas não são naturais ou atemporais, mas construídas historicamente e discursivamente por relações de poder que normatizam os lugares sociais das mulheres. Assim, figuras como a “santa” e a “profana” não são apenas imagens morais, mas categorias produzidas para enquadrar e limitar a experiência feminina, tornando ainda mais relevante observar como Maria, em sua autobiografia, transita entre esses espaços sem se deixar reduzir por eles.

Ademais, o livro de Maria deixa ver uma dimensão afetiva do pertencimento à cidade que, não raro, as narrativas masculinas sobre a colonização ignoram. Em um texto lírico escrito já na terceira idade, a autora sintetiza sua relação com o município:

Minha Seara... Uma jovem cheia de sonhos! Quando nesta terra chegou... Pequenininha vila... mas hospitaleira. Aqui então, ela me adotou! Seara da minha juventude, das minhas alegrias e decepções [...] Das minhas raízes, eu tenho saudades. (Rech, 2005, p. 72).

Nesse poema, a cidade deixa de ser apenas cenário da epopeia colonizadora para tornar-se sujeito da relação afetiva: “ela me adotou”. A colonizadora, aqui, não é o homem desbravador que conquista a terra, mas a jovem professora que se reconhece adotada pela vila. A inversão é sutil, mas desloca o foco da posse da terra para a construção de laços, da violência de “abrir picada” para a delicadeza de tecer redes de cuidado, amizade, ensino e fé.

Se Arlene Renk (2006) fala que as mulheres aparecem muitas vezes apenas de forma lateral, como trabalhadoras da erva-mate, responsáveis pela subsistência, enquanto os homens se dedicam à madeira ou à política agrária (Renk, 2006), a narrativa de Maria permite visibilizar o modo como essas mesmas mulheres ocupam, também, espaços de decisão e organização, ainda que sob a rubrica de “trabalho voluntário” ou “serviço à comunidade”.

Dessa forma, ao ler *Em busca de novos horizontes* com lentes de gênero, vemos que aquilo que poderia ser classificado apressadamente como “vida privada” é, na realidade, um campo denso de práticas políticas: ser professora, organizar um coral, presidir uma associação, coordenar chás e campanhas é intervir na forma como a cidade se percebe e se representa. Em um contexto em que os monumentos e ruas homenageiam “pioneiros”, essas ações constroem uma memória paralela, menos monumental, mas não menos política.

2.3 “PARECIA UM SONHO!”: A PRIMEIRA MULHER VEREADORA E OS LIMITES DA ENUNCIÇÃO

O ápice público da trajetória de Maria Eugênia ocorre em 1982, quando se elege a primeira mulher vereadora de Seara. Em sua autobiografia, ela narra a campanha, a surpresa com o resultado e os desafios de exercer o mandato em um ambiente majoritariamente masculino. O tom é, mais uma vez, de espanto e gratidão:

Em 1982, fui eleita vereadora de Seara, com 327 votos. Parecia um sonho! [...] Apesar de ser oposição ao Executivo e Legislativo, fui muito respeitada como mulher e como vereadora. Batalhei muito para conseguir aprovação dos meus requerimentos e indicações (Rech 2005, p. 64).

A frase “parecia um sonho” condensa a dimensão de deslocamento que marca sua entrada na política institucional. Para uma mulher cuja trajetória pública havia se consolidado na escola, na igreja e nas associações de bairro, ocupar uma cadeira no legislativo significava transpor barreiras simbólicas que, até então, reservavam esse espaço aos “homens públicos”.

A história narrada por Rech não registra cenas explícitas de violência ou humilhação de gênero dentro da Câmara, mas isso não significa ausência de tensões. Ao dizer que foi “respeitada como mulher e como vereadora”, a autora sinaliza que sua presença, de saída, poderia ser entendida como estranha ao modelo dominante, ou como uma dádiva, benevolência para com a feminina. O uso da conjunção “e” fala muito, visto que ela não é “apenas” vereadora, mas “mulher e vereadora”. A afirmação de respeito precisa ser enunciada justamente porque não pode ser pressuposta.

Se, na autobiografia, esse reconhecimento aparece em tom de gratidão, uma leitura de gênero permite enxergar também as tensões subjacentes. A política municipal no Oeste catarinense foi estruturada, ao longo do século XX, como espaço quase exclusivamente masculino. Zarth (2015), ao examinar a colonização e o desenvolvimento regional, chama atenção para a centralidade de lideranças masculinas, prefeitos, vereadores, presidentes de cooperativa, na narrativa de modernização. Spivak, ao refletir sobre os limites da representação, observa que “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico” (Spivak, 2010, p. 14). A eleição de Maria exemplifica esse paradoxo: por um lado, constitui gesto de resistência à exclusão feminina dos espaços de poder; por outro, sua atuação é mediada por regras, códigos e linguagens produzidos em chave masculina. Ser “respeitada” implica, muitas vezes, ajustar sua forma de falar, propor e negociar às expectativas de um parlamento que não foi desenhado para mulheres.

É significativo que, entre suas memórias de vereadora, Maria destaque principalmente os projetos e requerimentos voltados a melhorias concretas no cotidiano da população: infraestrutura urbana, educação, saúde, cultura (Rech, 2005, p. 64-66). Em vez de se concentrar em grandes debates partidários, sua escrita enfatiza ações concretas que se articulam à experiência acumulada nas escolas, nos corais, nas campanhas beneficentes. A política institucional aparece, assim, como extensão, e não ruptura, de uma prática de cuidado com o comum.

Essa fusão entre arte, fé, cuidado e serviço público reaparece no modo como ela narra homenagens recebidas em vida e, posteriormente, já idosa. Em diversos trechos, Maria menciona placas, discursos, apresentações de corais em sua honra. Tais homenagens são, ao mesmo tempo, formas de reconhecimento e tentativas de reinscrevê-la na memória oficial do município. No entanto, como mostra a própria prática memorialística local, essa reinscrição é parcial, visto que apesar de tal reconhecimento simbólico, ela ainda é muito lembrada pela figura de seu marido e outros homens influentes da cidade, não pelas suas próprias ações individuais.

Isso nos devolve à pergunta central que atravessa este trabalho: de que forma as narrativas memorialistas regionais sobre o processo de colonização de Seara contribuem ou não para a subalternização de mulheres? No caso de Maria, é possível observar um duplo movimento. Por um lado, sua experiência é reconhecida em certos circuitos (homenagens, nome de escola, memória oral); por outro, esse reconhecimento raramente se converte em lugar de destaque nas narrativas que definem “como começou a cidade” ou “quem a construiu”.

Ao tomar essa autobiografia como fonte principal, este capítulo procura justamente deslocar esse enquadramento, reconhecendo, a história das mulheres não como um “acréscimo” à história já escrita, mas ponto de partida para reescrever argumentos, causalidades e escalas. A partir de Maria, é possível enxergar a colonização de Seara não apenas como chegada de companhias colonizadoras e de “pioneiros”, mas como processo em que mulheres circularam, trabalharam, educaram, cantaram, escreveram e legislaram, ainda que, geralmente, a partir de posições subalternizadas.

É nesse sentido que a interseção entre gênero e classe se torna decisiva. Maria não é uma mulher qualquer: é professora, branca, católica, migrante, vinculada a redes políticas e religiosas específicas. Sua possibilidade de escrever e publicar uma autobiografia, ainda que de forma modesta, está ligada a esse lugar social. Contudo, mesmo ocupando essa posição relativamente privilegiada, ela precisa escrever para inscrever-se; precisa narrar para existir como personagem da história local. Se isso ocorre com uma mulher cuja trajetória é atravessada

por reconhecimento e capital simbólico, o que dizer daquelas que permaneceram analfabetas, cuja experiência se inscreve apenas em registros trabalhistas, certidões de óbito, fotografias dispersas ou lembranças de família?

Ao abrir o trabalho com Maria Eugênia Serafim Rech, portanto, não se trata de substituir um “pioneiro” por uma “pioneira”, nem de construir uma nova narrativa heroica individual. O objetivo é outro: mostrar como a leitura atenta de uma autobiografia feminina pode iluminar os mecanismos de apagamento e subalternização presentes nas narrativas dominantes, ao mesmo tempo em que revela rastros de agência que desafiam esses apagamentos.

Nesse ponto, a pergunta formulada por Del Priore, “para que serve a história das mulheres?” (Del Priore, 1997, p. 9), encontra, neste capítulo, uma resposta performativa: serve para fazê-las existir como sujeitos históricos, para recolocar suas experiências no centro das narrativas, para desestabilizar mitos fundadores que as relegaram a notas de rodapé. Revisitar a trajetória de Maria Eugênia a partir de sua própria escrita é, ao mesmo tempo, gesto de justiça epistêmica e operação historiográfica: obriga a reorganizar o enredo da colonização searaense, deslocando-o da figura única do “desbravador” para um conjunto mais amplo de atores e atrizes.

Reconhecendo, com Scott, que a inclusão das mulheres nas narrativas é sempre tensa, pois altera as gramáticas do poder e da linguagem (Scott, 1995), a presente produção busca a reescrita como estratégia, assim, em vez de tomar a autobiografia de Maria apenas como fonte “ilustrativa”, ela foi tratada como eixo de análise, capaz de tensionar e dialogar com outros textos memorialísticos da região. Através dela, vimos emergir uma Seara feita de escola multisseriada, viagens difíceis, chás beneficentes, corais, campanhas de saúde e sessões legislativas; uma cidade onde a colonização não é apenas história de loteamentos, mas de encontros, conflitos, afetos e práticas cotidianas de cuidado.

O diálogo com Spivak também se fez presente ao longo do capítulo. Se “a mulher subalterna continuará tão muda como sempre esteve” (Spivak, 2010, p. 85), cabe à historiografia não falar em seu lugar, mas criar condições de escuta para seus próprios arquivos de fala, autobiografias, cartas, cadernos, diários, relatos orais. Ao publicar seu livro, Maria Eugênia criou um desses arquivos. Ao lê-la criticamente, articulando gênero, classe e contexto regional, este trabalho busca ampliar o alcance dessa fala, sem domesticar sua especificidade.

Nesse contexto, Maria Eugênia Serafim Rech não pode ser compreendida como subalterna em sentido absoluto, uma vez que rompe, ainda que parcialmente, com o silêncio ao escrever sua própria trajetória e registrar sua atuação como professora, liderança comunitária e primeira mulher legisladora de Seara. Sua autobiografia constitui, portanto, um gesto de autorrepresentação e de disputa da memória, pois desloca sua experiência do espaço privado

para o campo da escrita pública. No entanto, a partir de Spivak, é possível compreender Maria como uma mulher subalternizada no interior da memória local, não porque lhe falte voz, mas porque sua fala não ocupa o mesmo lugar de escuta, circulação e autoridade reservado às narrativas masculinas. A questão, portanto, não é simplesmente perguntar se Maria falou, mas observar em que medida sua fala foi reconhecida como parte legítima da história de Seara. Em sua trajetória, o problema spivakiano aparece justamente nessa tensão: Maria falou, escreveu e registrou sua presença; ainda assim, a memória local seguiu, por muito tempo, ouvindo melhor os homens. Sua subalternização, portanto, não está na ausência absoluta de voz, mas na desigualdade das condições de escuta e legitimação histórica.

Por fim, a adesão à escuta proposta por Françoise Vergès, um feminismo atento “aos combates das mulheres mais exploradas” (Vergès, 2020, p. 20) aparece aqui como horizonte ético. Maria não é, em seu contexto, a mulher “mais explorada”, no entanto, sua escrita permite entrever formas de exploração e de trabalho invisibilizado que atravessam o cotidiano de muitas outras mulheres da região, como agricultoras, operárias, líderes comunitárias, diaristas, catequistas e parteiras. Pois a partir dela, abre-se a possibilidade de ler também essas outras presenças femininas nas obras memorialísticas sobre Seara, tema que orienta o capítulo seguinte.

3 AS MULHERES NAS OBRAS MEMORIALÍSTICAS SEARAENSES: PRESENCAS, AUSÊNCIAS E REPRESENTAÇÃO

A construção da memória não é ocasional, tampouco neutra, ela é, antes de tudo, política. Portanto, quando voltamos o olhar para as obras produzidas sobre o interior, lugar predominantemente agrícola, de Santa Catarina, especialmente aquelas de caráter memorialístico e cronista, deparamo-nos, em larga medida, com escritas comprometidas com a organização de uma determinada narrativa sobre o passado regional. Como observa Cristina Scheibe Wolff (2009), boa parte da historiografia catarinense tradicional atribuiu centralidade aos fatos políticos, militares e às biografias de “nomes ilustres”, como políticos, empresários e religiosos, convertendo esses personagens nos principais sujeitos da escrita histórica. A autora aponta ainda que, nas abordagens locais tradicionais, é recorrente o “elogio das elites locais”, colocadas como sujeito da história, bem como a presença da figura do fundador da cidade e das principais famílias, muitas vezes ainda vinculadas à economia e à política local (Wolff, 2009, p. 55).

Nesse sentido, as narrativas produzidas sobre Seara não podem ser lidas como simples registros do que aconteceu, mas como dispositivos de poder que selecionam lembranças, distribuem méritos e definem quem pode ou tem direito de ser protagonista da memória local. O resultado desse processo é a consolidação de uma história regional fortemente centrada no homem branco, colono, cristão e proprietário, ao passo que outras facetas constitutivas da região, como experiências femininas, os trabalhos de cuidado, as presenças populares e os sujeitos colocados às margens, permanecem subalternizadas ou reduzidos a invisibilidade.

No presente capítulo, pretende-se investigar como as narrativas produzidas sobre o município e também sobre a região constroem, organizam e também silenciam a presença das mulheres na história local. Analisa-se, desse modo, um corpus constituído por *Álbum de Família* (1985), *De Nova Milano a Seara* (2024), *Linha Forquilha: 90 anos de história e memória* (2023) e *Seara: Dei Nostri Ricordi* (2013), buscando compreender como essas obras representam, enquadram ou silenciam as presenças femininas nas narrativas sobre a colonização e a formação social do município.

Desse modo, a leitura será guiada por cinco eixos temáticos que funcionam como categorias transversais de análise: a mulher na colonização; a mulher na política; a mulher no cotidiano, na igreja e nos cuidados; a mulher no mundo do trabalho; e, por fim, a memória pública e a toponímia. A escolha por esses eixos decorre da própria materialidade

das fontes, que tendem a distribuir a presença feminina de forma desigual. Enquanto os homens aparecem com mais frequência associados à terra, ao poder político, às empresas, às obras públicas, aos cargos e à liderança comunitária, as mulheres costumam surgir vinculadas ao espaço doméstico, à religiosidade, à docência, ao cuidado, à reprodução da vida cotidiana e à manutenção moral da família. Ainda assim, é precisamente nesses espaços que também se localizam formas importantes de ação, autoridade e construção do comum, o que exige uma leitura atenta não apenas às ausências, mas também aos modos de enquadramento dessas presenças.

Além disso, interessa observar que as diferenças entre os autores não anulam um padrão comum. Biagio Aurélio Paludo escreve uma memória familiar marcada pela exaltação da trajetória do próprio clã e de sua liderança masculina. Lauri Paludo, décadas depois, amplia essa narrativa para uma história mais geral de Seara, mas ainda mantém como eixo central os pioneiros, os empreendedores, os cargos públicos e as redes masculinas da política e da economia. Valdir Magri, ao narrar Linha Forquilha, apresenta uma obra mais comunitária, com forte presença de casais, famílias, religiosidade e práticas locais, permitindo visualizar mais mulheres, embora muitas vezes ainda enquadradas no interior da família, da escola e da igreja. João Fabrin, por sua vez, ao trabalhar práticas culturais ítalo-brasileiras, oferece uma fonte particularmente rica para perceber o cotidiano, os ditos populares, as normas de comportamento, a moral religiosa e as tecnologias culturais de disciplina do feminino.

Portanto, este capítulo parte da hipótese de que as mulheres estão presentes na história narrada por essas obras, mas nem sempre como sujeitos históricos plenos. Elas aparecem como condição de possibilidade da colonização, da família, da religiosidade, da escola, do cuidado, da alimentação, da transmissão cultural e da sobrevivência material; contudo, raramente são reconhecidas com a mesma centralidade atribuída aos homens que “desbravaram”, “fundaram”, “governaram”, “empreenderam” ou “lideraram”. A tensão entre presença material e apagamento narrativo é, assim, o fio condutor da análise.

3.1 A MULHER NA COLONIZAÇÃO: PRESENÇA MATERIAL, APAGAMENTO NARRATIVO

Nas obras memorialísticas sobre Seara, a colonização aparece frequentemente como uma epopeia masculina, fato esse que se manifesta através de expressões como “desbravador”, essa escolha vocabular não é apenas formal, uma vez que ela produz efeitos históricos ao definir

a colonização como aventura de homens que tomam posse da terra, abrem estradas, constroem casas, serrarias, moinhos, comércios e instituições políticas, a narrativa transforma o masculino em sujeito natural do processo colonizador. As mulheres, nesse enquadramento, tendem a aparecer como acompanhantes, esposas, mães, filhas ou integrantes de grupos familiares, raramente como agentes da colonização em si.

Partindo a análise de *Álbum de Família*, de Biagio Aurélio Paludo, essa lógica aparece desde as primeiras páginas, onde, apesar de se tratar de uma obra que em momento algum se propõe a ser um registro historiográfico acadêmico, mas sim se apresenta como um registro familiar, voltado a preservar nomes, datas e acontecimentos para as futuras gerações, ainda pode-se problematizar, pois mesmo não tendo cunho historiográfico, trata-se de uma obra que permeará a memória local. Logo no prefácio, escrito por Lauri Paludo, afirma que o livro não tem pretensão literária e que busca registrar a trajetória do “Sr. Aurélio”, reforçando a figura masculina como eixo da memória familiar. Ademais, o livro é dedicado à esposa Diamantina, o que indica sua importância afetiva, mas não altera o centro narrativo da obra: ela é lembrada como mulher do autor, inclusive em momento algum tem seu sobrenome “de solteira” indicado, enquanto ele é apresentado como personagem histórico, liderança e portador da saga familiar.

Quando a obra narra a imigração da família Paludo, há um trecho particularmente interessante. Após a chegada ao Rio Grande do Sul, as mulheres teriam trabalhado durante onze meses como domésticas, em troca de casa e comida, enquanto os chefes de família iam tomar posse das terras, plantar as primeiras lavouras e construir as casas (Paludo, 1985, p. 2). A passagem reconhece a presença e o trabalho feminino, mas o modo como organiza a narrativa mantém uma divisão simbólica clara: os homens aparecem como aqueles que se dirigem à terra, à propriedade e à fundação do futuro; as mulheres aparecem como aquelas que sustentam a sobrevivência imediata do grupo, mas a partir de uma posição subalterna, de serviço e espera. Esse episódio é fundamental para compreender o argumento deste capítulo, visto que as mulheres não estão ausentes da colonização, muito pelo contrário, sem elas o processo colonizador não se sustentaria, visto que foram elas que trabalharam como domésticas, cuidaram das crianças, prepararam alimentos, mantiveram vínculos familiares, acompanharam mudanças, sustentaram emocional e materialmente os deslocamentos e participaram do trabalho agrícola. No entanto, a narrativa tende a converter essa presença em pano de fundo, onde o trabalho feminino aparece como necessário, mas não como fundante, ele é visto e retratado como suporte, mas não como protagonismo.

Nesse contexto, em *De Nova Milano a Seara*, Lauri Paludo (filho de Biágio) retoma essa mesma estrutura. Ao narrar as origens da imigração e a chegada de famílias à região, o

autor menciona que algumas mulheres com crianças ficaram em Caxias do Sul trabalhando em casas de família como empregadas ou “servas”, enquanto seus maridos desbravavam as glebas⁹ (Paludo, 2024, p.10). Novamente, a separação entre os papéis é evidente: o homem é associado ao desbravamento da terra; a mulher, ao trabalho doméstico e à manutenção da vida. A colonização é descrita como movimento de conquista territorial, mas pouco se problematiza o fato de que essa conquista dependeu de uma divisão sexual do trabalho profundamente desigual.

Essa perspectiva revela o que se pode chamar de apagamento narrativo de uma presença material. As mulheres estavam no processo, mas a forma de narrá-lo as desloca para uma posição auxiliar, assim, mesmo quando aparecem nas listas familiares, muitas vezes surgem vinculadas ao estado civil, ao sobrenome do marido ou à função reprodutiva. Em listas genealógicas, é comum que a mulher seja identificada como “casada com”, enquanto os homens aparecem como transmissores da linhagem, da propriedade e da ação pública. Assim, a genealogia, que poderia ser um espaço de preservação da memória feminina, frequentemente reproduz a lógica patriarcal da descendência.

Em Magri, a situação apresenta nuances, visto que sua obra organiza boa parte de sua narrativa a partir dos casais e das famílias pioneiras, o que permite que mais nomes femininos apareçam, muitas vezes com sobrenome de solteira e sobrenome de casamento.

Figura 5 - Sumário do livro *Linha Forquilha 90 anos de História e Memória*

HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE LINHA FORQUILHA, SEARA-SC	15
Lajeado Forquilha	16
1924 – O início	20
1930 – Santo e Henriqueta Perin Paludo	21
1931 – Primeiros habitantes de Linha Forquilha	22
1931-1956 – Olivo Paludo e Rosa Marcon Paludo	22
1933 – Primeiros filhos dessa terra	23
1934 – Irmãos de Olivo	24
1934-1955 – Abel Paludo e Assunta Fontana Paludo	24
1934-1954 – José Paludo e Lucia Frozza Paludo	25
1934-1945 – Constante Paludo e Maria Herminia Mocellin Paludo	27
1936-1966 – Francisco Paludo e Celeste Pasqualle Paludo	29
Drama dos pioneiros	30
1936-1955 – Ernesto Dal Mas e Maria Moraes	31
Vida, Costumes e Tradições	33
1939 – Luis Giombelli e Zulmira Scaravelli Giombelli	35
1941-1946 – Virdilio Paludo e Ida Zonta Paludo	37

Fonte: Magri, 2023, p. 3.

⁹ Gleba é uma porção de terra original, bruta e indivisa, que nunca passou por um processo oficial de loteamento ou desmembramento. É a área inteira antes de ser dividida em partes menores.

No entanto, a estrutura geral da obra ainda se apoia no núcleo familiar como unidade principal de memória e, dentro desse núcleo, a hierarquia de gênero permanece evidente. O homem tende a ser associado à aquisição da terra, à direção comunitária, à construção econômica e às instâncias formais de decisão, enquanto as mulheres aparecem vinculadas à formação da família, à geração dos filhos, ao trabalho cotidiano e à sustentação moral da comunidade. Essa organização também se expressa na própria forma de nomear as famílias: nas listas, no sumário e nos títulos das seções, o nome do marido aparece quase sempre em primeiro lugar, funcionando como referência principal do grupo familiar. A mulher, mesmo quando nomeada, surge geralmente em posição posterior, como parte da família constituída em torno do homem. Assim, a memória familiar preserva sua presença, mas a inscreve em uma lógica de representação na qual o masculino continua ocupando o lugar de eixo organizador da narrativa.

Os homens é que desfrutavam mais, pois podiam ter acesso aos bares na vila, quando iam comprar mantimentos para a casa e fazer negócios, enquanto as mulheres ficavam em casa cuidando das crianças. [...] Era também, uma prática da época, que o marido era quem mandava e ditava as regras, as esposas deviam obedecer e criar os filhos (Magri, 2023, p. 19).

Mesmo assim, a obra de Magri é importante porque deixa entrever uma colonização menos heroica e mais cotidiana. Ao narrar famílias, deslocamentos, partos, escolas, religiosidade, doenças, trabalho agrícola e relações comunitárias, o livro permite perceber que a colonização não foi apenas o ato de comprar terras, abrir mato ou construir casas. Foi também a produção diária da vida, em condições adversas de acesso à saúde, educação, transporte e alimentação. Nesse plano, as mulheres foram centrais, o problema é que essa centralidade nem sempre recebe o estatuto de ação histórica.

Em *Seara: Dei Nostri Ricordi*, João Fabrin contribui de modo decisivo para compreender a cultura de gênero que sustentava esse universo. Ao comentar ditos populares, o autor explicita a mentalidade patriarcal presente na região, mostrando como os papéis de homens e mulheres eram rigidamente definidos. Segundo o autor, cabia ao homem o sustento, o controle do lar e os trabalhos socialmente reconhecidos como de maior esforço físico, enquanto às mulheres recaíam as responsabilidades de manutenção da casa, preparo da comida, cuidado dos filhos e trato de animais como vacas e galinhas (Fabrin, 2013, p. 35). No entanto, ele próprio reconhece que as mulheres também realizavam trabalhos de grande esforço físico, muitas vezes acompanhando ou até superando o esposo no trabalho da roça.

É certo que às mulheres também estava destinado ofício de grande esforço físico, como por exemplo, acompanhar e muitas vezes superara o esposo, no trabalho da roça.

Porém os problemas surgiriam quando o homem da casa perdesse ou tivesse sua autoridade contestada pelos atos praticados pela mulher, que perante a sociedade, eram de exclusividade do homem. (Fabrin, 2013, p.35).

Essa ambiguidade exemplifica como a cultura patriarcal definia certos trabalhos como masculinos e outros como femininos, mas a realidade material frequentemente desmentia essa divisão. As mulheres trabalhavam na casa, na lavoura, no cuidado dos animais, na alimentação, na criação dos filhos, na religiosidade e na transmissão cultural. A diferença é que, quando o homem trabalhava na lavoura, isso era entendido como produção; quando a mulher fazia o mesmo, muitas vezes era compreendido como ajuda. Essa diferença de nomeação revela uma hierarquia simbólica: o trabalho masculino é reconhecido como trabalho; o feminino é naturalizado como obrigação.

Essa hierarquia também aparece na forma como os homens eram autorizados a usufruir de uma sociabilidade negada ou restringida às mulheres. Em Magri, essa diferença é explicitada e revela que o trabalho masculino, por ser reconhecido como produtivo e público, vinha acompanhado de certa recompensa social: circular pela vila, negociar, beber, conversar, ocupar os bares e participar dos espaços de sociabilidade masculina. Já o trabalho feminino, embora igualmente indispensável, permanecia confinado ao espaço doméstico e era tratado como obrigação natural, sem o mesmo reconhecimento e sem os mesmos momentos de descanso, lazer ou circulação pública. Assim, o homem era visto como aquele que trabalhava, provia e, por isso, podia “desfrutar”; a mulher, por outro lado, era percebida como aquela que devia permanecer disponível ao cuidado, à casa e aos filhos. Essa diferença demonstra que a divisão sexual do trabalho não organizava apenas as tarefas, mas também o direito ao tempo livre, à rua, ao lazer e ao reconhecimento comunitário.

A colonização de Seara, portanto, não pode ser entendida apenas como processo de ocupação territorial conduzido por homens pioneiros, ela precisa ser compreendida como uma experiência social atravessada por gênero, na qual mulheres participaram da produção material, da reprodução da família, da organização religiosa, da educação dos filhos e da continuidade cultural das comunidades. Entretanto, as obras memorialísticas, ao priorizarem cargos, propriedades, sobrenomes, feitos públicos e trajetórias masculinas, tendem a transformar essa atuação em silêncio. A leitura de gênero permite, assim, deslocar a pergunta. Em vez de perguntar apenas “quais homens fundaram Seara?”, é preciso perguntar: quem cozinhou, costurou, pariu, cuidou, rezou, ensinou, lavou, plantou, colheu, alimentou, transmitiu saberes e sustentou a sobrevivência dos grupos familiares enquanto a cidade era construída? Essa

pergunta não diminui a importância dos homens nas narrativas colonizadoras, mas desnaturaliza o monopólio masculino do protagonismo histórico.

Desse modo, a mulher na colonização aparece como presença material, mas sua ação é incorporada à história local como extensão da família, não como ação própria. O desafio historiográfico, portanto, é reinscrever essas presenças sem romantizá-las, reconhecendo tanto sua força quanto as condições de desigualdade que moldaram suas possibilidades de existência.

3.2 A MULHER NA POLÍTICA: EXCEÇÃO, SILÊNCIO E SUB-REPRESENTAÇÃO

Se na colonização as mulheres aparecem como presença material apagada, na política elas aparecem, em grande parte, como ausência quase total ou como exceção. As obras analisadas constroem a política local como um campo predominantemente masculino, onde os processos de emancipação, formação administrativa, composição de legislaturas, escolha de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, intendentess e lideranças comunitárias são narrados a partir de nomes masculinos. A política, nesse registro, surge como espaço público por excelência, e o público, por sua vez, é historicamente masculinizado, valendo a ressalva de que até os dias atuais a política searaense é composta majoritariamente por figuras masculinas, em que na última eleição (2024) apenas uma mulher foi eleita e na eleição anterior a esta (2020), nenhuma.

Dentre o quadro de obras analisadas, *De Nova Milano a Seara* é o livro que mais aborda essa temática, dedicando parte significativa da obra à formação política do município, à emancipação e às listas de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e suplentes. A própria estrutura do livro evidencia a centralidade da política institucional como eixo de memória: a emancipação de Seara, os conflitos entre distritos, as disputas partidárias e a consolidação municipal são narrados a partir de alianças, cargos e lideranças masculinas. Isso se evidencia, por exemplo, quando Lauri Paludo descreve a criação do Frigorífico Seara S.A., empreendimento diretamente associado ao desenvolvimento econômico do município, a partir de “diversas reuniões” realizadas com as “lideranças de então”, entre elas Padre Henrique Barizon, Dr. Harry Quadros de Oliveira, Teodoro Barbieri, Etelvino Tumelero, Clayton Wosgrau, Valentim Petry, Herculano Hércules Zanuzzo e João Nardi (Paludo, 2024, p. 47).

Na sequência, a primeira diretoria do frigorífico também é composta apenas por homens: Biagio Aurélio Paludo e Teodoro Barbieri como diretores, e Herculano Hércules Zanuzzo, Dr. Harry de Oliveira e Valentim Petry no conselho fiscal (Paludo, 2024, p. 48). Desse modo, a cidade aparece como resultado de negociações conduzidas por homens, e a política

local é representada como arena de atuação masculina. Essa assimetria é confirmada pelo próprio levantamento político apresentado na obra, segundo o qual:

Até a 17ª Legislatura passaram pela Casa: 107 vereadores titulares e 63 suplentes, total de 170. Somente 7 mulheres assumiram como vereadoras titulares e 13 como suplentes. Foi um total de 32 presidentes sendo que destes só 2 mulheres presidiram a Câmara (Paludo, 2024, p. 71).

Assim, inclusive quando a obra organiza a memória política de forma ampla e documental, ela também revela a permanência de uma estrutura profundamente masculinizada de poder, representação e reconhecimento público. Esse padrão é visível nas listas de prefeitos e vereadores, onde, embora a presença de Laci Grigolo como prefeita apareça na relação de mandatários mais recentes, sua aparição confirma justamente o caráter excepcional da presença feminina no Executivo municipal. Antes dela, a sequência de prefeitos, vice-prefeitos e lideranças é estritamente masculina. O mesmo ocorre nas legislaturas, em que os nomes masculinos se acumulam como evidência de uma longa tradição de ocupação do poder formal pelos homens.

Nesse ponto, a trajetória de Maria Eugênia Serafim Rech assume importância, pois como primeira mulher vereadora de Seara, sua presença rompe parcialmente esse silêncio. No entanto, a forma como ela é enquadrada nas narrativas evidencia as limitações desse reconhecimento. No livro de Lauri Paludo, Maria aparece em uma seção específica, e o autor chega a reconhecer que a ausência das mulheres nos registros, citando:

Pelo que se pesquisou até agora, tem-se a impressão que Seara deve sua existência basicamente da imigração de homens, oriundos principalmente Rio Grande do Sul, em sua maioria descendentes de italianos, alguns alemães e poucos poloneses. As mulheres quase nunca são mencionadas e notei a dificuldade que os pesquisadores tinham em lembrar o nome das esposas dos primeiros oriundos. Para dirimir esta falha e prestar uma justa homenagem às mulheres, vamos relatar a história de Maria Eugênia Serafim. (Paludo, 2024, p. 87).

Esse reconhecimento é extremamente relevante, pois demonstra uma consciência, ainda que tardia, do apagamento feminino na memória local. Contudo, é preciso observar que Maria surge como exceção justamente porque a regra é sua ausência e ao ser destacada como mulher pioneira na política e na educação, ela confirma a existência de uma estrutura narrativa anterior que não previa as mulheres como sujeitos políticos. Sua presença não reorganiza completamente a memória política local; ela é adicionada a ela como reparação pontual. O problema, portanto, não está apenas em Maria ter sido esquecida, mas no fato de que a própria forma de narrar a política local foi construída de modo a considerar o masculino como norma.

Figura 6 - Representação de Maria no livro "De Nova Milano a Seara"



Fonte: Paludo, 2024. p. 88.

Para além disso, a própria tentativa do autor de “dirimir” essa ausência apresenta limites importantes. Ao tratar de Maria Eugênia, a obra dedica apenas duas páginas à sua trajetória, concentrando-se sobretudo em sua chegada à comunidade e no início de sua atuação como professora, sem explorar com profundidade sua experiência política, sua produção autobiográfica e sua participação na vida cultural, religiosa e comunitária de Seara. Além disso, a escolha dos registros fotográficos é significativa: ao abordar Maria Eugênia, o livro inclui uma imagem na qual ela sequer aparece, apesar da existência de um acervo mais amplo de fotografias da professora em sua autobiografia e em outros registros públicos. Essa escolha reforça simbolicamente o próprio apagamento que o autor afirma desejar reparar, pois a mulher homenageada permanece ausente até mesmo da imagem selecionada para representá-la. Assim, mesmo quando a mulher é incorporada à memória local, sua presença continua mediada por estruturas tradicionais de reconhecimento, nas quais o masculino permanece como referência de legitimidade e a trajetória feminina é narrada de modo fragmentado, subordinado e insuficiente.

Essa situação pode ser analisada à luz de Spivak (2010), especialmente quando a autora discute os limites da representação do sujeito subalterno, visto que para ela, o problema não é simplesmente se o subalterno fala, mas se sua fala encontra condições de escuta,

reconhecimento e circulação nos regimes dominantes de representação. No caso das mulheres searaenses, e de Maria Eugênia em particular, percebe-se que elas atuaram, falaram, ensinaram, organizaram e participaram da vida pública; contudo, suas experiências foram frequentemente filtradas por narrativas masculinas, familiares, institucionais ou memorialísticas que lhes concederam visibilidade de modo limitado.

A política, nesse sentido, precisa ser compreendida em duas dimensões. A primeira é a política formal: cargos eletivos, prefeitura, câmara, partidos, legislaturas, disputas eleitorais e nessa esfera, a sub-representação feminina é evidente. A segunda é a política em sentido ampliado: organização comunitária, educação, catequese, associações religiosas, cuidado social, mobilização cultural, produção de redes de solidariedade. Nessa esfera, as mulheres foram muito mais presentes, embora raramente reconhecidas como agentes políticas, assim, essa distinção é fundamental para não reproduzir o mesmo apagamento que se pretende criticar.

As obras analisadas tendem a reconhecer como política aquilo que se manifesta em cargos, atas, eleições e lideranças masculinas. Já as ações femininas de organização comunitária aparecem como “dedicação”, “ajuda”, “serviço”, “bondade” ou “missão”. Maria Eugênia, por exemplo, quando lembrada como professora, primeira-dama, vereadora, liderança cultural e religiosa, transita entre esses dois mundos. Sua trajetória mostra que o magistério, a cultura e a ação social também foram formas de intervenção pública, embora a memória local nem sempre as trate como política.

O caso de Laci Grigolo também permite tensionar a narrativa, pois como prefeita por dois mandatos (2009-2012; 2013-2016), ela ocupa um lugar institucional de grande relevância, mas sua presença é recente em comparação com a longa tradição masculina da política municipal. Sua trajetória indica mudanças nas possibilidades de participação feminina, mas também revela a lentidão desse processo. Se a história política de Seara foi narrada durante décadas por meio de nomes masculinos, a presença de mulheres no Executivo e Legislativo precisa ser analisada não apenas como conquista individual, mas como evidência de uma disputa mais ampla por reconhecimento.

Nas obras de Biagio e Lauri Paludo, a política aparece vinculada ao prestígio familiar, ao empreendedorismo e à liderança pública. Essa relação torna-se evidente quando Biagio, ao narrar a eleição de 1954, afirma que recebeu de Florianópolis um telegrama cobrando “a palavra empenhada de que Seara tinha homens para vencer as eleições”, motivo pelo qual teria sido pressionado por correligionários e pelo povo a aceitar a candidatura (Paludo, 1985, p. 68). Em Lauri Paludo, essa mesma lógica é reafirmada quando o autor vincula a atuação política de Biagio Aurélio Paludo ao desenvolvimento econômico do município, afirmando que, após ser

eleito primeiro prefeito, ele percebeu que, para desenvolver Seara, “era preciso criar empregos, arrecadação e indústrias” (Paludo, 2024, p. 47). Assim, o homem político é também comerciante, empresário, proprietário e articulador comunitário, enquanto as mulheres permanecem associadas à sustentação moral, colocadas na posição de subalternas.

Em Magri, a política formal também é majoritariamente masculina, especialmente nas diretorias, conselhos e cargos comunitários. Quando as mulheres aparecem, com frequência ocupam funções associadas à secretaria, à organização religiosa, ao cuidado ou à continuidade de práticas comunitárias. Isso não significa ausência de poder, mas um poder de outra ordem, muitas vezes informal e moralizado. A mulher pode ser reconhecida como professora, catequista, ministra, zeladora, cuidadora, mas raramente como dirigente plena nos moldes tradicionalmente valorizados pela memória política. Por exemplo, ao descrever as relações de uma família, o autor destaca:

Valdecir e Salete, sempre trabalharam na atividade da suinocultura. Em grande escala, prática herdada dos pais. Salete, uma liderança importante na comunidade. sempre participativa e muito prestativa bem como seus filhos. Foi catequista por muito tempo na comunidade. Uma mulher de coragem e bravura. (Magri, 2023, p. 149).

No caso de Salete, a narrativa de Magri permite perceber tanto a presença feminina na vida comunitária quanto os limites impostos à forma como essa presença é reconhecida. Ao afirmar que “Valdecir e Salete sempre trabalharam na atividade da suinocultura”, o autor indica que ela participava de uma atividade produtiva central para a economia familiar; contudo, não especifica suas funções, responsabilidades ou formas concretas de atuação nesse trabalho, fazendo com que sua presença produtiva permaneça diluída no núcleo conjugal. Quando Salete passa a ser destacada individualmente, os termos utilizados deslocam sua importância para uma chave moral e religiosa: ela é descrita como “liderança importante na comunidade”, “participativa”, “prestativa”, “catequista” e “mulher de coragem e bravura”. Embora esses atributos indiquem reconhecimento, eles também revelam uma forma generificada de enquadrar a atuação feminina, associando sua liderança ao cuidado, à fé, à disponibilidade e ao serviço comunitário, e não aos cargos formais, à direção política ou à tomada de decisões. Desse modo, Salete aparece como uma liderança, mas uma liderança moral, autorizada dentro de espaços tradicionalmente considerados femininos, como a catequese e a colaboração comunitária.

Por isso, analisar a mulher na política em Seara exige ampliar o conceito de ação política. Se ficarmos apenas nos cargos, veremos sobretudo ausência. Se observarmos as práticas de formação social, veremos mulheres atuando na escola, na igreja, nos corais, nos grupos de mães, na catequese, na assistência, nos rituais, nas redes de cuidado e nas ações

comunitárias. O problema é que essas práticas foram historicamente classificadas como femininas e, por isso mesmo, despolitizadas. Nesse sentido, Perrot (2005) lembra que a história das mulheres é também a história de seus silêncios, pois muitas de suas experiências foram confinadas aos espaços do cotidiano, da família e da vida privada, considerados por muito tempo como marginais à história política. Assim, o trabalho de gênero da historiografia consiste justamente em recolocar essas práticas no campo da história, compreendendo que o cuidado, a educação, a religiosidade e a organização comunitária também constituíram formas de intervenção pública e de produção do comum.

A mulher na política searaense, portanto, aparece entre a exceção, o silêncio e a sub-representação. Assim, a história política de Seara revela não apenas quem ocupou o poder, mas também quais práticas foram autorizadas a receber o nome de política e quais permaneceram relegadas ao campo da ajuda, da vocação ou do serviço.

3. 3 A MULHER NO COTIDIANO, NA IGREJA E NOS CUIDADOS: VISIBILIDADE MORAL E ENQUADRAMENTO FEMININO

Entre as categorias analisadas, o cotidiano, a igreja e os cuidados constituem os espaços em que as mulheres mais aparecem nas obras, no entanto, essa maior visibilidade não significa necessariamente reconhecimento pleno, pelo contrário: muitas vezes, as mulheres são visíveis justamente porque ocupam papéis socialmente esperados para o feminino. Elas aparecem como mães, esposas, professoras, catequistas, parteiras, rezadeiras, cuidadoras, zeladoras, integrantes de associações religiosas e transmissoras de tradições. Trata-se de uma visibilidade moral, isto é, uma visibilidade condicionada à adequação a determinados papéis de gênero.

Em *Seara: Dei Nostri Ricordi*, Fabrin oferece uma das análises mais importantes para compreender esse universo, pois ao estudar práticas culturais ítalo-brasileiras, o autor não se limita à política ou à economia, mas entra no campo das rezas, dos ditos populares, da sexualidade, da educação, das regras de comportamento, da alimentação, da medicina popular e da religiosidade. É nesse espaço que aparecem com mais nitidez as normas que disciplinavam a vida das mulheres, as associações religiosas femininas, como as Filhas de Maria e as Mães Cristãs de Santa Ana, indicam a centralidade da igreja na formação moral das meninas e mulheres.

Desse modo, Fabrin nos permite observar como a religiosidade católica atuava não apenas como espaço de fé, mas também como instância de disciplinamento dos corpos e comportamentos femininos. Ao tratar da Pia União das Filhas de Maria, o autor afirma que a

associação reunia moças católicas interessadas em seguir os “preceitos de comportamento e oração da Igreja Católica”, sendo exigido delas “um rigoroso comportamento, considerado o ideal para a mulher cristã” (Fabrin 2013, p. 95). Além disso, o pertencimento ao grupo era marcado por símbolos visíveis e normativos, uma vez que cada associada deveria usar “vestido branco uniforme, de fazenda não transparente, faixa azul e véu”, além do distintivo social, entendido como “um lembrete constante dos deveres de uma Filha de Maria, na sociedade” (Fabrin, 2013, p. 98).

Esse controle ultrapassava o espaço da igreja e alcançava o corpo, a roupa, o lazer, o namoro e a circulação das jovens, pois o manual classificava como culpas graves práticas como “ler romances e outros livros perigosos”, participar de “banhos mistos”, “danças proibidas”, bailes carnavalescos, “ter namoros inconvenientes”, “usar trajes imodestos” e apresentar-se à comunhão com “mangas curtas ou decotes exagerados” (Fabrin, 2013, p. 99). Desse modo, as associações religiosas femininas não funcionavam apenas como espaços de devoção e sociabilidade, mas como dispositivos de controle moral, moldando a presença pública das mulheres a partir dos ideais de pureza, modéstia, obediência e respeitabilidade cristã.

Mais conhecida simplesmente por Filhas de Maria, consistia numa associação de moças católicas, que tinham por principal interesse seguir os preceitos de comportamento e oração da Igreja Católica. A congregação em si, tinha como intuito o estudo preparatório para que as jovens conservassem os ensinamentos, práticas e costumes católicos, perseverando na fé, na moral e na própria religião. Como forma de preservação desses preceitos lhes era exigido um rigoroso comportamento, considerado o ideal para a mulher cristã. (Fabrin, 2013, p. 95).

A religiosidade popular também aparece como um importante espaço de preservação da memória feminina. Em Fabrin, as “nonnas” (avós) surgem como guardiãs de orações, histórias, expressões em dialeto, práticas de cura, benzimentos e saberes cotidianos transmitidos de geração em geração. Elas não apenas repetiam fórmulas religiosas, mas conservavam e faziam circular um conjunto complexo de conhecimentos que atravessava a vida doméstica, a roça, a cozinha, o quarto, o cuidado com crianças, doentes, parturientes e mortos. Nesse sentido, a oralidade feminina funcionava como arquivo vivo da comunidade, preservando práticas culturais que dificilmente seriam registradas em documentos oficiais, atas, leis ou narrativas políticas. Esses saberes, embora raramente reconhecidos como conhecimento legítimo pelas narrativas tradicionais, foram fundamentais para a continuidade cultural das comunidades, especialmente em contextos marcados pela precariedade de acesso à medicina, à escola formal e aos serviços públicos, a memória oral, nesse caso, constituiu um dos principais lugares de sobrevivência da experiência feminina.

No entanto, mesmo nesse espaço de relativa centralidade, a linguagem da memória tende a enquadrar as mulheres em papéis associados ao cuidado, à fé e à dedicação familiar. O cuidado aparece, muitas vezes, como se fosse uma qualidade natural das mulheres, e não como uma prática socialmente construída, aprendida, exercida e transmitida. Essa naturalização é problemática porque torna invisíveis o esforço, o tempo, a técnica, a responsabilidade e a inteligência prática envolvidos nessas atividades. Cuidar de crianças, acompanhar doentes, auxiliar partos, preparar remédios caseiros, benzer, rezar pelos mortos ou organizar rituais comunitários não eram ações simples nem espontâneas: exigiam experiência, reconhecimento coletivo e domínio de saberes específicos. Ainda assim, por serem atividades historicamente associadas ao feminino, foram frequentemente tratadas como extensão da maternidade, da religiosidade ou da “bondade” das mulheres, e não como formas de trabalho e autoridade social.

As parteiras são um exemplo importante dessa ambivalência, onde em contextos de precariedade médica e longas distâncias até hospitais ou profissionais de saúde, elas exerceram uma função central para a sobrevivência das mulheres e das crianças. Seu trabalho envolvia conhecimento do corpo, experiência prática, capacidade de decisão e responsabilidade diante de situações de risco. Na obra de Valdir, sobre Linha Forquilha, a existência de uma seção dedicada às parteiras e aos partos já representa um avanço em relação a narrativas que ignoram completamente a dimensão reprodutiva e corporal da vida comunitária. Contudo, quando essas mulheres são lembradas mais pela função que desempenhavam do que por suas trajetórias individuais, percebe-se novamente o apagamento da autoria feminina do cuidado. A parteira aparece como uma personagem coletiva, quase anônima, enquanto sua biografia, sua formação prática, sua circulação pela comunidade e seu reconhecimento social permanecem pouco explorados. Ao tratar dessa experiência, o autor dedica apenas um parágrafo ao tema, procurando condensar em poucas linhas uma relação muito mais ampla. Assim, embora o livro reconheça a importância das parteiras, esse reconhecimento ainda ocorre de forma limitada: elas são lembradas pela função que desempenhavam, mas não plenamente constituídas como sujeitos históricos, com trajetórias, nomes, experiências e formas próprias de autoridade dentro da comunidade.

A naturalidade da vida humana, ainda era uma marca nas primeiras 4 décadas da comunidade, de 1930 a 1960, pois os partos das crianças, eram naturais e geralmente aconteciam na própria casa, pelo fato de não se ter recursos da medicina e hospitais próximos. O parto, era feito por parteiras, que faziam o trabalho de forma voluntária. Algumas das parteiras, mais conhecidas da época, era a nona Rossari, Alexandrina Pongan e Dona Olga Phaifer, que foi uma das mais conhecidas, pelo seu longo tempo de atuação. (Magri, 2023, p. 41).

Esse ponto torna-se ainda mais evidente quando se observa a precariedade dos partos, da saúde materna e dos cuidados cotidianos. João Fabrin registra práticas de resguardo, quarentena, dietas, medos e interdições associados ao pós-parto, revelando um universo em que o corpo feminino era atravessado por dor, religiosidade, controle moral e vulnerabilidade. O historiador registra que muitas mortes relacionadas à ausência de atendimento médico qualificado, especialmente nos casos de complicações no parto. Segundo o autor, os partos eram realizados em casa, sob os cuidados de parteiras ou de mulheres mais velhas da família, e, quando surgiam complicações, muitas vezes não havia tempo hábil para remover a parturiente até o médico mais próximo. Nesses casos, “muitas mulheres perderam seus filhos antes mesmo de ouvir um único choro da criança que esperavam”, enquanto outras morreram deixando filhos órfãos, ou sequer chegaram ao atendimento médico junto de seus bebês (Fabrin, 2013, p. 131). A gravidade desse cenário aparece também no depoimento de Agride Viott, ao afirmar que, “se dá hemorragia fica na hora”, relatando o caso da irmã que, após o primeiro parto, teve hemorragia e “por um milagre [...] se salvou” (Fabrin, 2013, p. 131).

A catequese e os ministérios religiosos também aparecem como espaços de visibilidade feminina. Em Magri, nota-se que os primeiros cargos religiosos formais da comunidade foram majoritariamente ocupados por homens, mas, ao longo do tempo, mulheres passaram a figurar com maior presença como ministras, catequistas e zeladoras de capelinhas. “Jovania, é Ministra da Eucaristia, desde 1997. [...] Jovania, recém-casada, já participou do conselho, em busca do diálogo e do entendimento na comunidade e foi por muitos anos, zeladora da capelinha” (Magri, 2023, p. 175). Essa mudança sugere que a igreja, apesar de sua estrutura patriarcal, também foi um espaço de atuação comunitária feminina. No entanto, a autoridade feminina nesse campo permaneceu associada à moral religiosa, à fé, ao serviço e à continuidade da tradição.

O cotidiano, portanto, é o lugar onde as mulheres mais aparecem e, paradoxalmente, onde seu apagamento é mais naturalizado. Isso ocorre porque o cotidiano foi historicamente considerado menor em relação à política, à economia e aos grandes acontecimentos. Ao analisar a dona de casa no espaço urbano do século XIX, Michelle Perrot afirma que “a sociedade do século XIX não poderia crescer e se reproduzir sem esse trabalho não contabilizado, não remunerado da dona de casa” (Perrot, 2017, p. 179). Essa observação permite compreender que as atividades vinculadas à casa, à alimentação, ao cuidado, à criação dos filhos e à manutenção da vida familiar não eram tarefas secundárias, mas parte fundamental da reprodução social. A leitura das obras searaenses confirma essa perspectiva: aquilo que sustentava a vida comunitária aparece como detalhe, costume, lembrança, curiosidade ou tradição, mas raramente como estrutura histórica.

Ao mesmo tempo, é preciso evitar uma leitura simplista que veja as mulheres apenas como vítimas do cotidiano. Elas também produziram redes, saberes, afetos, resistências e formas de poder e dominação. As rezas das nonas, a prática das parteiras, o trabalho das catequistas, a organização de corais, o cuidado com doentes, a manutenção da alimentação e a transmissão de memórias foram formas concretas de intervenção na vida social. O problema é que essas ações foram enquadradas em narrativas que as tornava moralmente visíveis, mas historicamente subalternizadas.

3.4 A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO: ENTRE A AJUDA, A SOBREVIVÊNCIA E A PRODUÇÃO DO COMUM

O trabalho feminino é uma das dimensões mais evidentes e subestimadas nas narrativas memorialísticas analisadas, uma vez que as mulheres trabalharam intensamente na colonização, na agricultura, casa, comércio, criação dos filhos, cuidado com animais, alimentação, costura, limpeza, produção de queijos, pães, conservas, lavouras, rituais religiosos, escolas e redes comunitárias. Contudo, esse trabalho aparece frequentemente nomeado como “ajuda”, “dedicação” e não como trabalho propriamente dito. E essa distinção é central, pois o termo “ajuda” sugere complementaridade, secundariedade e dependência, quando se diz que uma mulher “ajudava” o marido na roça, no comércio ou na criação de animais, apaga-se o fato de que sua força de trabalho era indispensável para a sobrevivência familiar e para a economia local. A linguagem, nesse caso, opera como mecanismo de subalternização, ela não nega completamente a presença feminina, mas reduz seu valor histórico e econômico.

Em *Álbum de Família*, há passagens que permitem visualizar esse processo. Diamantina, esposa de Biagio, em determinado momento cuidando dos filhos e também do balcão da loja, chegando a aprender alemão para atender melhor a freguesia.

Nesta época já tínhamos os três primeiros filhos: Italo, nascido em 12-08-39; Itamar, nascido em 18-10-40 e Lauri de 26-02-44. O menor ainda era de colo e Diamantina atendia a todos e o balcão da loja também. Até alemão ela aprendeu a falar para atender bem a freguesia. E eu tinha que ficar deitado em uma rede atrás do balcão sem poder ajudar. (Paludo, 1985, p. 39)

Esse episódio é riquíssimo porque revela Diamantina atuando diretamente no comércio, na comunicação com os clientes e na manutenção do empreendimento familiar, sobretudo em um momento em que Biagio estava impossibilitado de exercer plenamente esse papel. Ainda assim, sua ação aparece inserida na narrativa da trajetória dele, como parte do contexto que

permite a continuidade da vida e dos negócios da família. A agência de Diamantina é real e decisiva: ela cuida dos filhos, assume o balcão, atende a freguesia e aprende alemão para se comunicar melhor com os clientes, fazendo, naquele momento, não apenas o que seria esperado de uma esposa, mas também aquilo que sustentava economicamente a casa e o comércio. No entanto, mesmo exercendo uma função de provedora e garantindo a continuidade do empreendimento, sua presença permanece narrativamente subordinada, mencionada apenas de forma pontual e sem que esse trabalho seja reconhecido como protagonismo próprio.

Outro exemplo importante é a menção à irmã Gentile: “No início eu ajudava no moinho, mas quase todo o serviço de recebimento, moagem e entrega era feito por minha irmã mais velha Gentile, moça forte que trabalhou duro. Muitas vezes eu a vi levantar peso como só um homem levantaria” (Paludo, 1985, p. 9). Assim, a irmã é descrita como “moça forte” que realizava trabalhos pesados, comparados à força masculina. Esse tipo de passagem é reveladora porque rompe parcialmente o estereótipo da mulher frágil, demonstrando que mulheres também realizavam atividades de grande esforço físico. Contudo, a comparação “como homem” mostra que o padrão de medida continua sendo masculino, a força feminina é reconhecida quando se aproxima da força atribuída ao homem, e não como qualidade própria de uma trabalhadora.

Em Fabrin, a questão do trabalho feminino aparece de forma particularmente explícita no capítulo “Detti popolari”, especialmente quando o autor comenta o provérbio¹⁰ 132: “Dove comanda le donne, ora le vacche se vede, le cose mal fate.”, que na tradução significaria “Onde as mulheres mandam, até nas vacas se observa, as coisas malfeitas.” (Fabrin, 2013, p. 35). Ao analisar a mentalidade patriarcal presente nesse dito, o autor afirma que, na divisão social dos papéis de gênero, cabia ao homem “o trabalho de sustento, de controle do lar” e as atividades de maior esforço físico, enquanto às mulheres recaíam “as responsabilidades de manutenção da casa, o feitiço da comida, o cuidar dos filhos, a lida com os animais como vacas e galinhas”. No entanto, o próprio autor reconhece que também cabia às mulheres “ofício de grande esforço físico”, como “acompanhar e muitas vezes superar o esposo, no trabalho da roça” (Fabrin, 2013, p. 35).

Essa tensão pode ser analisada a partir de Heleieth Saffioti, para quem gênero, raça/etnicidade e classe social não devem ser compreendidos como dimensões isoladas, mas

¹⁰ Os provérbios reunidos por Fabrin correspondem a expressões de sabedoria popular (ditos populares) transmitidas oralmente entre as famílias de descendência italiana da região de Seara. Escritos em italiano moderno e também no dialeto trazido pelos imigrantes de uma Itália ainda não unificada, esses ditos sintetizavam valores, normas de conduta, visões de mundo e hierarquias sociais presentes no cotidiano comunitário. Ao preservá-los em sua forma original, o autor busca manter a autenticidade da oralidade local, oferecendo, em seguida, tradução e explicação quando necessário. No contexto desta pesquisa, os provérbios são lidos como fontes culturais que revelam representações sobre gênero, família, trabalho, moralidade e autoridade.

como “eixos estruturantes da sociedade”, formando historicamente um “nó” no qual as contradições atuam “de forma imbricada” (Saffioti, 2015, p. 83). A autora também adverte que “não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista”, pois dominação e exploração constituem “duas faces de um mesmo processo” (Saffioti, 2015, p. 138). Desse modo, a exploração do trabalho feminino não ocorre apenas porque as mulheres são mulheres, mas porque estão inseridas em estruturas sociais que articulam dominação masculina, divisão de classes e naturalização do trabalho reprodutivo. No contexto da colonização searaense, as mulheres das famílias agricultoras não eram apenas esposas de colonos: eram trabalhadoras inseridas em uma economia familiar que dependia diretamente de seu esforço, embora raramente lhes reconhecesse autonomia ou titularidade simbólica.

Ao analisarmos Magri, o trabalho feminino aparece nas trajetórias familiares, na continuidade das propriedades, na produção doméstica e na participação em atividades agroindustriais. Há menções a mulheres que produziam queijos, costuravam, faziam artesanato, atuavam em abatedouros familiares ou garantiam a continuidade da unidade produtiva após a viuvez. Essas passagens são importantes porque mostram que as mulheres não apenas “ajudavam” homens trabalhadores; elas produziam, administravam, resistiam, criavam alternativas e mantinham famílias inteiras em funcionamento.

A figura da viúva, nesse contexto, merece menção, pois em sociedades patriarcais, a autoridade feminina muitas vezes só se tornava mais visível em situações de ausência masculina: morte do marido, incapacidade, migração ou crise econômica. Fabrin observa que algumas mulheres assumiam as “rédeas do lar” em momentos de desmoronamento financeiro ou moral da família, embora esses casos fossem vistos como exceção e, muitas vezes, como inversão da ordem esperada (Fabrin, 2013 p. 36). Isso revela que a liderança feminina existia, mas era socialmente tolerada apenas em condições extraordinárias.

O mundo do trabalho também precisa ser ampliado para além da economia monetária. As mulheres produziram o comum: produziram alimentação, saúde, infância, fé, memória, sociabilidade e pertencimento. Embora trate de outro contexto histórico e social, Françoise Vergès contribui para essa reflexão ao afirmar que “o trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal”, mas que, justamente por isso, deve permanecer “invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado” (Vergès, 2020, p. 11). Essa leitura permite compreender que o cuidado, a alimentação, a limpeza, a reprodução da vida e a manutenção cotidiana das famílias e comunidades não são atividades secundárias, mas formas fundamentais de trabalho,

historicamente desvalorizadas por estarem associadas às mulheres, especialmente às mulheres pobres e racializadas.

No caso searaense, o trabalho feminino na colonização pode ser pensado como uma forma de produção da vida, enquanto os livros destacam serrarias, moinhos, balsas, frigoríficos, lojas e cargos públicos, as mulheres aparecem sustentando as condições de existência desses empreendimentos: alimentando trabalhadores, criando filhos, cuidando de doentes, mantendo casas, participando da lavoura, atendendo comércio, transmitindo saberes e preservando práticas culturais. Sem esse trabalho, não haveria colonização possível. No entanto, a memória local tende a separar trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O primeiro, associado aos homens, aparece como história econômica. O segundo, associado às mulheres, aparece como rotina doméstica. Essa separação é artificial, pois a produção econômica depende da reprodução cotidiana da força de trabalho e da comunidade. Ao cozinhar, cuidar, parir, lavar, plantar, colher, costurar, ensinar e rezar, as mulheres não estavam fora da economia; elas estavam no centro de sua sustentação.

Desse modo, a mulher no mundo do trabalho aparece entre a ajuda, a sobrevivência e a produção do comum. Reescrever essa história é reconhecer que a colonização de Seara não foi feita apenas por homens que abriram mato, construíram empresas e ocuparam cargos; foi também feita por mulheres que produziram as condições materiais, afetivas e culturais para que a vida coletiva pudesse continuar.

3.5 MEMÓRIA PÚBLICA, TOPONÍMIA E RELAÇÕES DE PODER: QUEM A CIDADE ESCOLHE LEMBRAR

Até aqui, a análise concentrou-se nas obras escritas, no entanto, a memória não se produz apenas nos livros. Ela também se materializa na cidade: nos nomes de ruas, praças, escolas, centros de educação infantil, associações, prédios públicos e monumentos. A toponímia é uma forma de escrita da história no espaço urbano, onde nomear uma rua, uma escola ou uma praça não é apenas uma escolha administrativa, mas consiste em um ato político de reconhecimento, assim, por meio desses nomes, a cidade indica quais trajetórias devem permanecer visíveis e quais podem ser esquecidas.

Por isso, este capítulo desloca o olhar do livro para a cidade, examinando os lugares em que as mulheres aparecem simbolicamente na memória pública da cidade de Seara. Nos interessa compreender que a memória pública é atravessada por relações de poder porque não apenas homenageia indivíduos, mas seleciona quais vidas são dignas de inscrição no espaço

coletivo. A pergunta central, portanto, não é apenas “quais mulheres foram homenageadas?”, mas também: por que foram homenageadas? Quais atributos justificam sua lembrança? Que tipo de feminilidade é valorizada? E quais mulheres permanecem sem nome na paisagem urbana?

Quando se analisa o caso de Seara, imediatamente observa-se que as homenagens masculinas são numericamente superiores e, em geral, associadas a critérios como liderança política, pioneirismo, propriedade, empreendedorismo, atuação pública, cargos, fundação e participação em processos de desenvolvimento municipal. Os homens são lembrados como prefeitos, vereadores, empresários, médicos, colonizadores, dirigentes, fundadores e representantes da cidade. Agora, quando se fala de mulheres, elas pouco são homenageadas e quando são, tendem a ser associadas a atributos como bondade, religiosidade, cuidado, educação, dedicação comunitária, maternidade simbólica e serviço, tudo aquilo que está sendo debatido ao longo do capítulo.

Essa diferença revela critérios generificados de reconhecimento, onde a cidade não lembra homens e mulheres da mesma forma. Enquanto o homem é homenageado por fazer, construir, governar ou liderar, a mulher é frequentemente homenageada por cuidar, ensinar, servir ou inspirar. Evidentemente, educação, cuidado e serviço comunitário são dimensões fundamentais da vida social e merecem reconhecimento, o problema reside na assimetria: quando esses atributos se tornam quase os únicos caminhos de legitimação da memória feminina, reforça-se a ideia de que a mulher só merece ser lembrada quando corresponde a uma feminilidade moralmente aceita, e mesmo nesses casos os exemplos são extremamente escassos.

Para compreender de forma mais abrangente esse cenário, realizou-se uma pesquisa minuciosa em diferentes espaços de levantamento documental, combinando buscas na internet, observação de espaços públicos do município e consulta presencial junto à Casa Legislativa de Seara. Nesse processo, foram localizados, lidos e analisados requerimentos, projetos de lei, leis municipais e anexos biográficos relacionados à nomeação de ruas, bairros, escolas, praças, academias ao ar livre e demais próprios públicos. Contudo, a pesquisa revelou também um limite importante da documentação disponível: até aproximadamente a década de 1990, as homenagens eram realizadas de maneira bastante simples, sem a exigência sistemática de apresentação de histórico ou justificativa biográfica da pessoa homenageada. Essa ausência não se restringe às mulheres, pois muitos homens também foram nomeados sem maiores informações documentais; ainda assim, seus efeitos são mais profundos quando se trata das

trajetórias femininas, uma vez que elas já aparecem historicamente em menor número e com menor visibilidade nas narrativas oficiais.

Dessa forma, a escassez de registros biográficos dificulta a reconstrução das trajetórias das mulheres homenageadas e, em muitos casos, limita a análise ao nome inscrito na rua ou no espaço público, sem permitir compreender plenamente quem foram essas mulheres, quais papéis desempenharam na comunidade e por que foram escolhidas para compor a memória urbana. Ainda assim, todos os arquivos posteriores à década de 1990, que possuíam histórico dos homenageados e estavam disponíveis na Câmara Municipal foram acessados, especialmente aqueles que passaram a trazer anexos com sinopses biográficas e justificativas para as denominações de ruas/praças/escolas. A partir desse material, tornou-se possível conhecer algumas figuras femininas, aprofundar suas trajetórias e perceber os critérios mobilizados para sua lembrança. Mais do que reunir nomes, a pesquisa permitiu observar como a memória pública searaense foi sendo construída: quem aparece, quem permanece ausente, que atributos são valorizados em homens e mulheres e de que modo a cidade transforma determinadas vidas em referência pública.

A Lei Ordinária n.º 1.457/2007¹¹, acompanhada de seu anexo biográfico, é exemplar nesse sentido, visto que o documento apresenta trinta e quatro (34) sinopses biográficas de pessoas homenageadas; dessas, apenas cinco são mulheres: Oliva Sandrin Benetti, Gemira Zuchello Martello, Helena Biffi, Albina Nardi e Philomena Maria Grigulo. Em termos proporcionais, isso significa que aproximadamente 14,7% das homenagens desse conjunto foram destinadas a mulheres, enquanto 85,3% foram destinadas a homens. Mais do que a diferença numérica, chama atenção a linguagem utilizada para justificar as homenagens. Oliva Sandrin Benetti é descrita como uma das moradoras mais antigas do Bairro São João, “casada”, “com Ângelo Benetti”, de “elevado espírito religioso” e grande colaboradora das causas searaenses. Gemira Zuchello Martello, conhecida como Dona Diemile, é lembrada como benzedeira, conselheira espiritual das mulheres, acolhedora e grande ouvidora. Helena Biffi é caracterizada como moradora antiga, querida pela população, preocupada com a limpeza e organização das ruas, com participação social e religiosa. Albina Nardi é apresentada como mulher determinada, corajosa, bondosa e religiosa. Philomena Maria Grigulo é lembrada como

¹¹ Fonte: Legislação Municipal de Seara/SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/s/seara/lei-ordinaria/2007/146/1457/lei-ordinaria-n-1457-2007-da-nova-denominacao-as-vias-e-logradouros-em-perimetros-urbanos-denomina-proprio-do-municipio-de-seara-e-da-outras-providencias?q=denomina>. Acesso em: 04 abr.. 2026.

moradora do Bairro Industrial, confeitadeira, merendeira e responsável por fazer lanches para alunos do Colégio Seara.

Essas descrições evidenciam na prática a gramática moral do feminino: a mulher é lembrada porque cuidou, acolheu, rezou, serviu, alimentou, educou, escutou ou colaborou. Evidentemente, essas práticas são fundamentais, mas o modo como aparecem quase sempre como os principais, e por vezes únicos, caminhos de legitimação da memória feminina, é problemático. Em contrapartida, as biografias masculinas do mesmo anexo recorrem com frequência a termos como pioneiro, agricultor, comerciante, funcionário público, prefeito, vereador, líder político, fundador, colaborador de obras, carpinteiro, pedreiro, delegado, teólogo, escritor e empresário. Através do presente arquivo, torna-se claro aquilo que foi mencionado anteriormente, enquanto os homens são lembrados majoritariamente pela ação pública as mulheres são reconhecidas sobretudo pelo cuidado.

Essa assimetria torna-se ainda mais evidente quando se observa a documentação referente ao ano de 2018. A Lei Ordinária n.º 1.966/2018¹², que “denomina vias e logradouros em perímetros urbanos e próprios do Município de Seara”, apresenta um conjunto expressivo de denominações acompanhadas de currículos e históricos das pessoas homenageadas. No material analisado, essas homenagens aparecem numeradas até oitenta e oito (88); contudo, apenas nove (09) são referentes a mulheres, enquanto setenta e nove (79) dizem respeito a homens. Assim, ainda que seja necessário distinguir tecnicamente entre ruas, logradouros e demais próprios públicos, o dado revela uma profunda desigualdade na escolha dos nomes inscritos na memória urbana municipal: aproximadamente 10,2% das homenagens foram destinadas a mulheres, enquanto 89,8% foram destinadas a homens.

As formas como algumas dessas mulheres são retratadas também são problemáticas, uma vez que Jacila Pazzini Garghetti é lembrada como alguém que “fazia tudo o que fazia com amor”, com “alegria contagiante” e cuidado com as crianças. Luiza Inês Zanoello é narrada a partir da costura, da fé, da religiosidade, do cuidado com os pais idosos, dos sobrinhos que ajudou a criar e da luta contra a doença. Bernardete Biondo Sossanovicz aparece associada ao trabalho inicial na propriedade rural da família, à formação técnica e à atuação no Fórum da Comarca de Seara, junto ao Cartório de Registros, mas sua biografia também é encerrada pela narrativa da doença e da morte. Em comparação, muitas biografias masculinas do mesmo conjunto enfatizam trajetórias de trabalho, empreendedorismo, agricultura, comércio, direção

¹² Fonte: Legislação Municipal de Seara/SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/s/seara/lei-ordinaria/2018/197/1966/lei-ordinaria-n-1966-2018-denomina-vias-e-logradouros-em-perimetros-urbanos-e-propios-do-municipio-de-seara-e-da-outras-providencias?q=denomina>. Acesso em: 04 abril. 2026.

comunitária, fundação de empresas, participação política, construção de igrejas, hospitais, escolas, frigorífico e serviços públicos. Assim, mesmo quando mulheres aparecem, a escrita de suas trajetórias tende a ser mais afetiva, moral e familiar; já os homens são inscritos com maior frequência no vocabulário do desenvolvimento, da produção e da liderança.

O dado é ainda mais significativo porque se trata de uma legislação recente, de 2018, momento em que diversas denominações foram oficializadas de uma só vez. Ou seja, mesmo em um contexto contemporâneo, no qual os debates sobre presença feminina, igualdade de gênero e reconhecimento público já estavam mais difundidos, a memória oficial continuou sendo construída majoritariamente a partir de nomes masculinos. Isso demonstra que a sub-representação das mulheres não é apenas herança de uma memória antiga ou de obras memorialísticas produzidas em décadas anteriores, mas permanece ativa nas formas atuais de nomear e organizar simbolicamente a cidade.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à localização dessas ruas e próprios públicos no espaço urbano. As mulheres que conseguem nomear espaços públicos em Seara nem sempre estão associadas a vias centrais, amplas ou de grande circulação, o que permite problematizar não apenas **quantas** mulheres são lembradas, mas também **onde** essa lembrança é inscrita na cidade. A pesquisa de localização indica, por exemplo, que a Rua Jacila Pazzini Garghetti está situada no bairro Vila Esperança, região marcada por maior vulnerabilidade socioespacial no município. A Rua Luiza Inês Zanoello também aparece vinculada ao mesmo bairro, o que sugere que parte significativa das homenagens femininas recentes foi destinada a áreas mais afastadas dos eixos centrais de circulação e prestígio urbano. Já a Rua Philomena Maria Grigulo, embora situada em frente à E.E.B. Seara e, portanto, vinculada a um espaço público importante, corresponde a uma via bastante estreita e de extensão reduzida, abrangendo praticamente apenas a frente da escola.

Essa distribuição espacial é significativa, visto que a maior parte das ruas com nomes femininos identificadas nas fontes consultadas aparece em bairros residenciais, loteamentos, áreas industriais ou espaços afastados dos eixos simbólicos mais tradicionais do centro urbano. Não se trata de afirmar que esses locais sejam irrelevantes ou que possuam menor importância para a vida da população; pelo contrário, são espaços vivos, habitados e fundamentais para a dinâmica social da cidade. No entanto, do ponto de vista da memória pública, há uma diferença simbólica entre nomear avenidas centrais, vias de grande circulação e equipamentos de alta visibilidade, e atribuir nomes femininos a ruas menores, periféricas, residenciais ou de circulação mais restrita. A localização de uma homenagem também comunica hierarquias: uma memória inscrita em uma avenida central, atravessada diariamente por grande parte da

população, não possui o mesmo alcance simbólico de uma homenagem localizada em uma rua curta, em um loteamento recente, em uma área de expansão urbana ou em um bairro menos integrado aos fluxos cotidianos da cidade.

Nesse sentido, a toponímia não revela apenas quem é lembrado, mas também onde essa lembrança é colocada e qual visibilidade lhe é conferida. As mulheres aparecem em menor número e, muitas vezes, em espaços de menor centralidade urbana. Isso produz uma dupla subalternização: primeiro, pela baixa quantidade de homenagens femininas em comparação às masculinas; segundo, pela posição espacial que essas homenagens ocupam na malha urbana. Mesmo quando a mulher ingressa na memória oficial, sua inscrição tende a ocorrer em lugares menos visíveis, menos monumentais e menos associados ao poder político, econômico e simbólico da cidade. Essa constatação permite compreender a cidade como uma espécie de arquivo territorial: ela não apenas distribui nomes, mas também distribui prestígio, circulação e reconhecimento.

Diante disso, a análise da toponímia searaense confirma o argumento central deste capítulo: as mulheres não estão completamente ausentes da memória local, mas sua presença é menor, condicionada e frequentemente enquadrada por expectativas tradicionais de gênero. Nos livros memorialísticos, elas aparecem como esposas, mães, professoras, catequistas, parteiras, cuidadoras e ajudantes. Na cidade, quando seus nomes são oficializados em ruas ou próprios públicos, a justificativa costuma seguir caminho semelhante: são lembradas pela bondade, religiosidade, dedicação, cuidado, docência, serviço e atuação comunitária.

Essa diferença revela que a memória pública não apenas reproduz desigualdades de gênero, ela as ensina cotidianamente. Ao circular pela cidade, os sujeitos se deparam com uma paisagem patriarcal, na qual os nomes de homens se acumulam como representantes do passado oficial. As poucas mulheres homenageadas existem, mas aparecem em menor número e muitas vezes em espaços menos centrais. A cidade, desse modo, educa o olhar: sugere quem foram os protagonistas do desenvolvimento e quais vidas foram consideradas auxiliares, afetivas ou comunitárias. A toponímia funciona, portanto, como uma pedagogia silenciosa da memória. Por isso, perguntar quem Seara escolhe lembrar é também perguntar que projeto de história a cidade constrói para si.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender de que forma as narrativas memorialísticas regionais sobre o processo de colonização de Seara contribuem, ou não, para a subalternização das mulheres, considerando também como as relações entre gênero e classe atravessam sua visibilidade histórica. A análise das obras selecionadas permitiu perceber que a ausência feminina na memória local não é fruto de um simples esquecimento, mas de uma forma de narrar que, historicamente, definiu quais sujeitos seriam reconhecidos como protagonistas da colonização, do desenvolvimento econômico, da política e da vida pública.

A pergunta de pesquisa que orientou este estudo nasceu justamente dessa inquietação: afinal, como as mulheres aparecem nas narrativas memorialísticas de Seara? E de que modo essas representações reforçam ou tensionam sua subalternização? Ao final, foi possível perceber que as mulheres não estão simplesmente ausentes dessas obras. Pelo contrário, elas aparecem em muitos momentos, como mães, esposas, professoras, parteiras, catequistas, trabalhadoras rurais, comerciantes, cuidadoras, lideranças comunitárias e religiosas. No entanto, essa presença quase sempre vem acompanhada de limites, elas aparecem, muitas vezes, vinculadas aos homens, à família, à igreja ou ao cuidado, enquanto os homens são narrados como pioneiros, chefes de família, proprietários, políticos, empresários e representantes públicos do desenvolvimento local.

Desse modo, a subalternização feminina nas narrativas memorialísticas não acontece apenas pelo silêncio absoluto, mas também por formas restritas de visibilidade. As mulheres são lembradas, mas nem sempre como sujeitos históricos plenos. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi alcançado ao demonstrar que as obras analisadas constroem uma memória regional marcada por uma lógica androcêntrica, na qual o homem branco, cristão, colono, proprietário e inserido em redes políticas ou econômicas aparece como sujeito privilegiado da história local. Ainda assim, essas mesmas obras também deixam brechas importantes, pois, nelas, é possível encontrar rastros de mulheres que sustentaram a vida comunitária, participaram da produção material e simbólica da cidade e exerceram formas de autoridade que, embora muitas vezes não tenham sido reconhecidas como políticas, foram fundamentais para a formação histórica de Seara.

As fontes analisadas, embora diferentes entre si em forma, autoria e intenção, compartilham um mesmo padrão de organização da memória: a centralidade masculina na explicação da colonização, da política, do trabalho e do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, também guardam vestígios importantes da atuação feminina. Maria Eugênia Serafim Rech, primeira

professora e primeira mulher vereadora de Seara, aparece como figura central para compreender essa tensão entre presença, reconhecimento e apagamento. Sua autobiografia permitiu deslocar o olhar da narrativa tradicional do “pioneiro” para uma Seara também construída pela escola, pela cultura, pela religiosidade, pelas ações sociais e pela participação política feminina. Da mesma forma, figuras como Diamantina, Gentile, Salete, Adorilde, Jovania, Catarina, as parteiras, catequistas, professoras e trabalhadoras rurais demonstram que as mulheres não estiveram fora da colonização nem da formação social do município. Elas participaram ativamente da construção da cidade, ainda que suas experiências tenham sido registradas de modo fragmentado, lateral ou subordinado.

A análise da memória pública inscrita na cidade reforçou esse argumento. Ao observar nomes de ruas, praças, escolas e espaços públicos, percebeu-se que a desigualdade de gênero também se materializa no espaço urbano. As mulheres são homenageadas em número muito menor que os homens e, quando aparecem, suas biografias costumam ser justificadas por atributos como bondade, religiosidade, dedicação, cuidado, docência e serviço comunitário. Já os homens são lembrados com mais frequência como pioneiros, comerciantes, empresários, políticos, médicos, agricultores, fundadores e lideranças públicas. Essa diferença mostra que a cidade não apenas registra memórias, mas também organiza hierarquias de reconhecimento, ensinando cotidianamente quem deve ser visto como protagonista do passado local e quem permanece em posição secundária.

Assim, reescrever a história de Seara a partir das mulheres não significa apenas acrescentar nomes femininos a uma narrativa já pronta. Significa questionar os próprios critérios que definiram o que foi considerado digno de memória. A colonização não foi feita apenas por homens que abriram estradas, compraram terras, ocuparam cargos ou fundaram empresas. Ela também foi construída por mulheres que trabalharam na roça, cuidaram dos filhos, sustentaram casas, ensinaram crianças, transmitiram saberes, organizaram comunidades, atuaram na igreja, participaram da vida pública e produziram as condições materiais, afetivas e culturais para que a vida coletiva pudesse existir.

Identifica-se então que as narrativas memorialísticas sobre Seara contribuem para a subalternização das mulheres quando reproduzem uma memória centrada no homem como sujeito universal da colonização, da política e do desenvolvimento. Porém, essas mesmas obras também oferecem indícios, rastros e fissuras que permitem tensionar essa lógica. A mulher aparece como subalterna não porque esteve ausente dos processos históricos, mas porque sua presença foi frequentemente enquadrada como apoio, cuidado, moralidade, domesticidade ou exceção, e não como ação histórica, econômica, política e cultural. Portanto, as mulheres falam

ao longo da narrativa histórica, ainda que nem sempre sejam escutadas. O problema, no caso searaense, não é a ausência de voz, mas a recusa em reconhecer aquilo que essas vozes dizem, produzem e revelam sobre a formação da comunidade. Nesse sentido, este trabalho não pretendeu falar por essas mulheres, mas construir um espaço de escuta para suas presenças, seus silêncios, seus rastros e suas formas de atuação histórica.

Ademais, a intersecção entre gênero e classe também se mostrou decisiva, visto que as mulheres mais visíveis nas fontes são, em geral, aquelas vinculadas à docência, à religião, a famílias reconhecidas ou a alguma forma de prestígio comunitário. Ainda assim, mesmo essas mulheres enfrentam limites de reconhecimento, isso indica que mulheres pobres, camponesas, trabalhadoras rurais, parteiras anônimas, empregadas, operárias e cuidadoras permanecem ainda mais profundamente silenciadas. Se Maria Eugênia, professora, vereadora e autora de sua própria autobiografia, precisou escrever para garantir um lugar na memória, muitas outras mulheres sequer tiveram essa possibilidade e suas histórias permanecem espalhadas em fotografias, relatos orais, nomes incompletos, documentos dispersos e lembranças familiares.

Dessa forma, este trabalho não pretende encerrar a discussão, mas abrir caminhos para novas pesquisas sobre mulheres, memória e colonização no Oeste catarinense. A análise realizada demonstra a necessidade de ampliar os arquivos, buscar relatos orais, investigar documentos escolares, religiosos, associativos, trabalhistas e familiares, além de problematizar a própria paisagem urbana como fonte histórica. Também aponta para a urgência de repensar a memória pública municipal, questionando quem recebe homenagens, onde essas homenagens são localizadas e quais critérios são utilizados para transformar determinadas vidas em referência coletiva.

Por fim, reescrever a história de Seara a partir das mulheres não significa substituir uma narrativa heroica masculina por uma narrativa heroica feminina. Significa, antes, desestabilizar a própria lógica do heroísmo e reconhecer que a cidade foi construída também por trabalhos silenciosos, cotidianos, repetitivos e indispensáveis. Mulheres que nem sempre ocuparam os cargos mais visíveis, mas que produziram as condições materiais e simbólicas para que a vida comunitária existisse. Conclui-se, portanto, que a história regional, quando lida a partir de gênero e classe, deixa de ser apenas a história dos pioneiros e passa a ser também a história das mulheres que sustentaram a colonização em seus gestos cotidianos e que, mesmo subalternizadas pela memória, deixaram marcas profundas na formação social, cultural, política e afetiva de Seara. Reconhecer essas marcas é um passo fundamental para romper com os silêncios da história e construir uma memória regional mais plural, crítica e comprometida com

aquelas que, por muito tempo, foram colocadas à margem do passado que também ajudaram a construir.

REFERÊNCIAS

FONTES

FABRIN, João Baptista Giachini. **Seara: dei nostri ricordi: sincretismo cultural em Nova Milano (Seara) visto a partir das práticas culturais ítalo-brasileiras (1920–1960).** Xanxerê: News Print, 2013.

MAGRI, Valdir. **Linha Forquilha – 90 anos de história e memória.** Florianópolis: Editora Secco, 2023.

PALUDO, Biagio Aurélio. **Álbum de família.** Chapecó: Grafisel, 1985.

PALUDO, Lauri. **De Nova Milano a Seara.** Chapecó: Firebird Produções, 2024.

RECH, Maria Eugênia Serafim. **Em busca de novos horizontes.** Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo.** In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151–172.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. (1ª ed. 1997).

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **História e gênero: as mulheres na historiografia brasileira.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2012. p. 57–78.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: reflexões decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2016.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul: histórias de vida e movimento de mulheres**. Chapecó: Grifos; Florianópolis: Mulheres, 1994.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270–283, 2011.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890–1930)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença: gênero, escola e práticas culturais**. Chapecó: Argos, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHNEIDERS, Carlise. **Trabalho e reprodutividade: as mulheres no projeto colonizador Porto Novo (1926–1965)**. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71–99, 1995.

SIGNORI, Andréia Aparecida. **As mulheres no processo de colonização do Oeste Catarinense: invisibilidade e resistência (1920–1960)**. 2018. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Historiografia catarinense: uma introdução ao debate**. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 52–61, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Como se forma uma boa dona de casa**. In: MORGADO, Antônio (org.). *História das mulheres em Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2001. p. 158–180.

ZARTH, Paulo A. **Fronteira sul: história e historiografia**. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). *História da fronteira sul*. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015. p. 23–52.

ZOTTIS, Solange Aparecida (org.). **História faz história: contribuições ao estudo da história regional**. Chapecó: Argos, 2006.